MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE INTERCULTURAL INDÍGENA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E TERRITORIALIDADE

RENIURA MONTEIRO ALEM

INDÍGENAS TERENA EM CONTEXTO URBANO DO MUNICÍPIO DE NIOAQUE/MS: trajetória de vida, desafios e anseios no fortalecimento da tradição cultural, étnica e sustentabilidade.

DOURADOS-MS

2026

RENIURA MONTEIRO ALEM

Indígenas terena em contexto urbano do município de Nioaque/MS: trajetória de vida, desafios e anseios no fortalecimento da tradição cultural, étnica e sustentabilidade.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Educação e Territorialidades (PPGET) da Faculdade Indígena (FAIND), da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como pré-requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação e Territorialidades

Linha de Pesquisa: Território e Sustentabilidade

Orientadora: Profa Dra. Elâine da Silva Ladeia.

Dourados-MS

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

A367i Alem, Reniura Monteiro

Indígenas terena em contexto urbano do município de Nioaque/MS: trajetória de vida, desafios e anseios no fortalecimento da tradição cultural, étnica e sustentabilidade. [recurso eletrônico] / Reniura Monteiro Alem. -- 2026.

Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Elâine da Silva Ladeia.

Dissertação (Mestrado em Educação e Territorialidade)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2026.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em: https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio

1. 1. Idígenas Terena em contexto urbano.. 2. 2. Reterritorialização.. 3. 3. Trajetórias de vida.. 4. 4. Fortalecimento da tradição cultural e étnica.. I. Ladeia, Elâine Da Silva. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Indígenas terena em contexto urbano do município de Nioaque/MS: trajetória de vida, desafios e anseios no fortalecimento da tradição cultural, étnica e sustentabilidade.

Aprovado(a) em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

_____

Profa Dra. Elâine da Silva Ladeia
(Orientadora e presidente da Banca)

_____

Prof. DR° Cássio Knapp – (PPGET/UFGD)
(Membro interno – titular)

_____

Prof. Dra. Maysa Ferreira da Silva– (SED/MS)
(Membro interno – suplente)

_____

Prof. DR° Gileandro Barbosa Pedro – (UFAM)
(Membro externo – titular)

_____

Prof. Dra. Paula Faustino Sampaio– (PPGH/MS)
(Membro interno – suplente)

DEDICATÓRIA

.

Dedico esta pesquisa e todo o meu reconhecimento aos povos indígenas desaldeados do município de Nioaque, que, cotidianamente, nos ensinam a olhar para a vida sob novas perspectivas, possibilitando a redescoberta de sentidos e de outras formas de existir em tempos tão desafiadores.

À minha família, que assumiu comigo os desafios da pesquisa e compartilhou o encantamento pelo novo conhecimento, que transforma, atravessa a vida e a alma, e ressignifica caminhos e projetos.

Por fim, dedico a todos aqueles que caminharam ao meu lado ao longo desta jornada— por vezes longa, por vezes breve, e, em certos momentos, árida como um deserto—, mas que sempre revelou, ao final, o horizonte do paraíso da realização pessoal.

AGRADECIMENTO,

A Deus, princípio e fundamento de toda existência, que em cada etapa deste percurso me concedeu o dom da vida, do discernimento e da ciência — forças invisíveis e, ao mesmo tempo, mensuráveis na experiência humana —, criando as condições necessárias para que este trabalho se tornasse possível.

Aos professores da FAIND, coautores silenciosos desta jornada, que comigo trilharam os caminhos da construção do saber, onde a epistemologia encontra a sensibilidade. Foram eles que contribuíram não apenas para a consolidação do conhecimento, mas também para a experiência singular de partilhar aprendizados, sonhos e vivências, tecendo, entre teoria e prática, a complexa rede do conhecimento humano.

Ao Professor Doutor Antônio Dari Ramos, cuja orientação transcendeu os limites da técnica e alcançou a dimensão do simbólico. Com ele aprendi que a pesquisa pode ser, simultaneamente, rigor metodológico e expressão poética; profundidade analítica e leveza sensível. Embora não tenha concluído comigo este percurso, sua presença permanece inscrita, como uma constante invisível, nos versos e nas estruturas dos textos que me ensinou a construir.

À minha orientadora, Professora Doutora Elâine da Silva Ladeia, que, em um momento de instabilidade neste caminho, ofereceu sustentação, direção e possibilidade. Sua presença foi determinante — como uma força de equilíbrio em um sistema complexo — para que esta trajetória pudesse alcançar seu ponto de convergência.

E, por fim, a todos aqueles que, de diferentes formas, constituíram os pilares de sustentação desta caminhada. Foram eles que, como elementos essenciais de um mesmo ecossistema, contribuíram para que este processo se desenvolvesse e se concluísse de forma plena e exitosa.

"Se a gente não aprender a pisar suavemente na Terra, o céu cai sobre a nossa cabeça"

KRENAK, Ailton. 2021

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar a realidade dos indígenas Terena no contexto urbano no município de Nioaque (MS), evidenciando que a saída das terras homologadas não implica a perda da identidade indígena, mas a construção de novas formas de resistência e afirmação cultural e étnica. A pesquisa demonstra que esse processo está relacionado a dinâmicas históricas de desterritorialização, associadas a múltiplas motivações de ordem coletiva e individual, tais como a busca por melhores condições de vida, inserção no mercado de trabalho e ampliação de oportunidades. No contexto urbano, observa-se a incidência de invisibilidade social e institucional, expressa, sobretudo, na exclusão desses sujeitos de políticas públicas específicas, frequentemente justificada pela ausência de vínculo com territórios oficialmente demarcados. Não obstante, os resultados indicam a resiliência da identidade Terena, que se mantém por meio da continuidade de práticas culturais, da constituição de redes de solidariedade e da ressignificação de espaços urbanos como territórios de vivência indígena. Nesse sentido, a territorialidade é compreendida para além de sua dimensão física, manifestando-se na memória, nas relações sociais e nos processos de autoafirmação identitária. Portanto, que o deslocamento para o contexto urbano não deve ser interpretado como processo de aculturação, mas como um deslocamento que implica a elaboração de novas estratégias de resistência e reterritorialização. A dissertação, por fim, ressalta a necessidade de formulação de políticas públicas que reconheçam as especificidades dos indígenas em contexto urbano, assegurando seus direitos independentemente da localização territorial.

Palavras-chave: 1. Idígenas Terena em contexto urbano. 2. Reterritorialização. 3. Trajetórias de vida. 4. Fortalecimento da tradição cultural e étnica.

RESUMEN

Esta tesis tiene como objetivo analizar la realidad de los indígenas Terena en el contexto urbano del municipio de Nioaque (MS), evidenciando que la salida de las tierras homologadas no implica la pérdida de la identidad indígena, sino la construcción de nuevas formas de resistencia y afirmación cultural y étnica. La investigación demuestra que este proceso está relacionado con dinámicas históricas de desterritorialización, asociadas a múltiples motivaciones de carácter colectivo e individual, tales como la búsqueda de mejores condiciones de vida, la inserción en el mercado laboral y la ampliación de oportunidades. En el contexto urbano, se observa la incidencia de una invisibilidad social e institucional, expresada, sobre todo, en la exclusión de estos sujetos de políticas públicas específicas, a menudo justificada por la ausencia de un vínculo con territorios oficialmente demarcados. No obstante, los resultados indican la resiliencia de la identidad Terena, que se mantiene mediante la continuidad de prácticas culturales, la constitución de redes de solidaridad y la resignificación de espacios urbanos como territorios de vivencia indígena. En este sentido, la territorialidad se comprende más allá de su dimensión física, manifestándose en la memoria, en las relaciones sociales y en los procesos de autoafirmación identitaria. Por lo tanto, el desplazamiento hacia el contexto urbano no debe interpretarse como un proceso de aculturación, sino como un desplazamiento que conlleva la elaboración de nuevas estrategias de resistencia y reterritorialización. La tesis, finalmente, subraya la necesidad de formular políticas públicas que reconozcan las especificidades de los indígenas en el contexto urbano, garantizando sus derechos independientemente de su ubicación territorial.

Palabras clave: 1. Indígenas Terena en contexto urbano. 2. Reterritorialización. 3. Trayectorias de vida. 4. Fortalecimiento de la tradición cultural y étnica.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 = Mapa de Localização da Terra Indígena Nioaque.....21
Imagem 2 **–** Vista aéra da cidade de Nioaque/MS 45
Imagem 3 **–** Mapa de localização fronteiriça de Nioaque/MS..... 47
Imagem 4 – Vista áea do município de Nioaque.....48
Imagem 5 **–** Pegadas de Dinossauro na margem do Rio Nioaque.....48
Imagem 6 - Foto do momento da entrevista com Flor de Lis..... 50
Imagem 7 - Senhor Claudemiro e sua esposa, dona Ilsa 52
Imagem 8 - Vista atual da chácara que pertencia ao senhor Tertuliano 54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

BAP - Bacia do Alto Paraguai

DSEI - Distrito Sanitário Especial Indígena

FUNAI - Fundação Nacional dos Povos indígenas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ISA - Instituto Socioambiental. Povos Indígenas no Brasil: Terena.

SUMÁRIO

HISTÓRIA DE VIDA

INTRODUÇÃO.....15

CAPÍTULO 1: O processo histórico de formação e ocupação do povo terena no município de Nioaque/MS.....20

1.1. Identidade e Território: Processo de Desterritorialização e Reterritorialização. 25
1.1.1 Identidade.....26
1.1.2 Território/Desterritorialização/Reterritorialização.....33

CAPÍTULO 2: Ressignificar o SER TERENA: Trajetórias de vida em um espaço reterritorializado.....42

CAPÍTULO 3: Análise das Entrevistas: Narrativas, Sentidos e Invisibilidade.....69

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....77

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....82

HISTÓRIA DE VIDA

Eu sou a Reniura Monteiro Alem, nascida na cidade de Nioaque, território reconhecido como berço de heróis, por históriadores como José Vicente Dalmolin; e de múltiplas culturas, onde a memória histórica se entrelaça às experiências cotidianas de resistência. Minha trajetória constituiu-se em percursos diversos, por vezes sinuosos, marcados por deslocamentos existenciais e pela constante busca de sentido. Ainda que esta terra seja minha origem, foi também o cenário onde, desde o nascimento, vivenciei as marcas da desigualdade social, sobretudo no âmbito econômico.

Oriunda de uma família pobre, humilde e desprovida de heranças materiais, compartilhei com os meus a experiência concreta da pobreza estrutural, do abandono político e das incertezas que atravessam os campos da saúde, da educação e da segurança alimentar. Meus pais, trabalhadores incansáveis, dividiam-se entre o cultivo de pequenas roças nos fundos de casa e o labor árduo nas grandes fazendas que circundavam a então pequena vila. Seus corpos eram instrumentos de sobrevivência, e suas mãos, ainda que calejadas, semeavam dignidade.

Na infância, eu pouco compreendia as engrenagens da política, da economia ou das estruturas sociais; contudo, sentia, no corpo e no cotidiano, os efeitos persistentes da Ditadura Militar no Brasil, cujo legado de "carestia", como nomeavam meus pais, restringia o acesso a condições mínimas de vida digna. Foi nesse cenário de escassez que encontrei, no colo da fé, um espaço de acolhimento e construção simbólica. A Igreja Católica, impulsionada pela presença de padres italianos vinculados à Teologia da Libertação, ofereceu-me não apenas a dimensão espiritual, mas uma pedagogia da solidariedade, da partilha e do reconhecimento do outro como irmão. E foi no outro que aprendi a sustentar a esperança.

Falar de esperança é, inevitavelmente, falar de meus pais. Eram sonhadores obstinados, que, mesmo diante das adversidades, cultivavam a crença em um futuro mais justo. Sua pedagogia cotidiana se expressava na fé, na participação política comunitária e nas práticas de cuidado com a vizinhança. Fui, assim, uma criança criada coletivamente experiência que fortaleceu vínculos sociais e consolidou uma compreensão ampliada de pertencimento.

Na tessitura dos sonhos infantis, alimentei o desejo de tornar-me freira. Movida por esse ideal, dediquei nove anos ao trabalho voluntário em uma congregação religiosa.

Contudo, o amadurecimento crítico revelou contradições que tensionaram minha permanência naquele espaço. Reconfigurando meu percurso, mergulhei nos estudos filosóficos, deixei o convento e retornei à minha terra natal.

Foi no campo da educação que encontrei um novo horizonte de sentido. Ao adentrar esse universo, iniciei um processo de ressignificação de minha própria história, compreendendo que Nioaque, embora culturalmente diversa, ainda carecia de políticas públicas efetivas, de fortalecimento da consciência crítica e de organização social, especialmente no que se refere às populações indígenas. Nesse processo, aproximei-me, gradativamente, da realidade do povo Terena no contexto urbano.

Minha atuação profissional, como professora de Filosofia e História, na escola Estadual Odete Ignez revelou um cenário inquietante: estudantes indígenas que chegavam à escola sem encontrar espaços de valorização de sua identidade cultural e, paralelamente, sujeitos sociais privados de políticas públicas específicas por não estarem inseridos em territórios oficialmente demarcados. Tal constatação provocou em mim uma inflexão ética e epistemológica. Compreendi que minha trajetória pessoal e profissional me conduzia a um compromisso: contribuir para a visibilização dessas vozes historicamente silenciadas.

Assim, minha pesquisa emerge como um gesto político e humanizador, orientado pelo propósito de reconhecer e legitimar o lugar de fala desse povo, buscando mitigar sua invisibilidade social e cultural. Trata-se de um movimento que articula experiência vivida, sensibilidade poética e rigor científico, na tentativa de produzir conhecimento comprometido com a transformação social.

Apesar das adversidades, o tempo não foi capaz de me desapropriar da capacidade de sonhar. Con~~tin~~uo sonhando não como fuga, mas como exercício de resistência. Alimentar-me a fé, o esperançar freireano e a ousadia daqueles que insisteem em acreditar na possibilidade de transformação. E assim sigo, tecendo minha trajetória entre certezas e incertezas: ora caminho, ora caminhante; mas sempre em movimento, sustentada pela convicção de que existir é, também, um ato contínuo de construção e de esperança.

INTRODUÇÃO

A história do município de Nioaque, localizado na região sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul, encontra-se profundamente vinculada à presença dos povos indígenas que tradicionalmente ocupam esse território muito antes da constituição das fronteiras político-administrativas contemporâneas. Reconhecido como uma das áreas de ocupação histórica do povo Terena, o município apresenta uma realidade social marcada pela coexistência de espaços urbanos, áreas rurais e territórios indígenas, configurando uma complexa dinâmica de relações culturais, econômicas e territoriais.

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2022[1], o Brasil possui aproximadamente 203 milhões de habitantes, dos quais cerca de 1,69 milhão se autodeclaram indígenas, correspondendo a 0,83% da população nacional. O Censo revelou, ainda, uma significativa transformação no perfil demográfico indígena brasileiro: aproximadamente 63% dessa população vive fora das Terras Indígenas oficialmente reconhecidas, sendo que mais da metade reside em contextos urbanos. Tal realidade evidencia que a experiência indígena contemporânea extrapola os limites físicos das aldeias e dos territórios homologados, exigindo uma revisão das concepções tradicionais que vinculam a identidade étnica[2] exclusivamente à permanência em terras demarcadas.

Nesse cenário, Mato Grosso do Sul destaca-se como um dos estados com maior contingente indígena do país, reunindo povos como Guarani, Kaiowá, Kadiwéu, Kinikinau, Ofaié e Terena. Entre estes, os Terena possuem uma trajetória histórica marcada por processos de deslocamento, reorganização espacial e adaptação às transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas na região do antigo sul de Mato Grosso. Em Nioaque, essa presença constitui elemento fundamental da formação histórica e cultural do município, onde comunidades indígenas mantêm práticas culturais, redes de parentesco e vínculos territoriais que atravessam as fronteiras entre a aldeia e a cidade.

---

[1] Informações disponível em https://censo2022.ibge.gov.br/. Acesso em janeiro de 2026.

[2] compreende-se como um processo dinâmico de pertencimento, identificação e afirmação de um indivíduo ou grupo em relação a determinado povo, construído por meio de referências históricas, culturais, ancestrais e sociais. No caso dos povos indígenas, essa identidade pode ser reafirmada e ressignificada em diferentes contextos territoriais, inclusive no espaço urbano, não estando condicionada exclusivamente à permanência física na aldeia. Essa compreensão dialoga com as reflexões de Mussi (2013), acerca da reafirmação da identidade étnica Terena por meio da história oral, e de Vieira e Naglis (2023), sobre os processos de afirmação étnica indígena em contexto urbano.

É justamente nessa interface entre os diferentes espaços de vida que se insere a problemática desta pesquisa: a condição do indígena Terena de Nioaque que vive espaço urbano. Longe de representar uma ruptura identitária, essa condição evidencia a existência de múltiplas territorialidades, construídas a partir da circulação, das relações familiares, da memória coletiva e da continuidade das práticas culturais.

A compreensão dessas dinâmicas exige a ampliação do conceito de território para além de sua dimensão jurídico-administrativa. Para os povos indígenas, e particularmente para os Terena, o território constitui um espaço de produção e reprodução da vida, onde se

articulam ancestralidade, cosmologia, espiritualidade, relações de parentesco e pertencimento cultural. Trata-se de uma construção simbólica e material que conecta os indivíduos à memória dos antepassados e aos conhecimentos tradicionais transmitidos entre gerações.

Sob essa perspectiva, os processos de desterritorialização e reterritorialização assumem centralidade analítica nesta investigação. A desterritorialização[3], compreendida como o afastamento parcial ou total do território tradicional em decorrência de fatores históricos, econômicos e sociais, não implica necessariamente a perda da identidade indígena. Ao contrário, ela pode desencadear processos de reterritorialização, nos quais novos espaços de convivência e sociabilidade são apropriados e ressignificados pelos sujeitos, permitindo a continuidade de suas referências culturais e identitárias.

De acordo com o senso demográfico (2022) no município de Nioaque, parcela significativa da população Terena encontra-se em situação de desaldeamento[4], vivendo

[3] Desterritorialização é compreendida como um processo de afastamento, perda ou restrição do acesso ao território de origem, decorrente de fatores históricos, políticos, econômicos e sociais, que podem comprometer as relações materiais e simbólicas dos povos indígenas com seus territórios tradicionais. No contexto de Mato Grosso do Sul, Giovani José da Silva (2019) analisa as trajetórias históricas dos povos Atikum, Kamba e Kinikinau, evidenciando processos de deslocamento territorial e as estratégias de resistência e continuidade cultural desenvolvidas por esses povos. Assim, neste estudo, a desterritorialização dos indígenas Terena é entendida não apenas como afastamento físico da aldeia, mas também como uma transformação nas relações de pertencimento, convivência comunitária e acesso ao território tradicional, sem que isso implique necessariamente a perda da identidade étnica.

[4] O termo *desaldeamento*, compreendido a partir das reflexões de Levi Marques Pereira sobre os povos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul, relaciona-se historicamente aos processos de deslocamento territorial e à resistência indígena às políticas de confinamento em reservas. O autor evidencia que a categoria "desaldeado" foi utilizada para designar indígenas que não aceitavam permanecer nos espaços destinados pelo Estado. No contexto desta pesquisa, o conceito é empregado para compreender a experiência dos indígenas Terena que vivem fora das aldeias, sem que esse afastamento implique, necessariamente, a perda da identidade étnica, dos vínculos ancestrais ou do sentimento de pertencimento

em áreas urbanas ou periurbanas em busca de melhores condições de vida, acesso à educação, inserção no mercado de trabalho e oportunidades para suas famílias. Entretanto, essa mobilidade frequentemente resulta em processos de invisibilidade social e institucional. Ao deixarem as aldeias, muitos indígenas passam a não ser reconhecidos como sujeitos de direitos específicos, sobretudo porque as políticas públicas tradicionalmente direcionadas aos povos originários ainda estão fortemente vinculadas ao pertencimento formal às Terras Indígenas homologadas.

Na perspectiva da reflexão de Pereira (2004), percebe-se que a invisibilidade reforça estereótipos historicamente construídos sobre a identidade indígena, segundo os quais o "verdadeiro indígena" seria apenas aquele que permanece na aldeia e preserva integralmente determinados elementos culturais considerados tradicionais. Tal compreensão desconsidera o caráter dinâmico das identidades étnicas e ignora os processos históricos de adaptação, resistência e recriação cultural vivenciados pelos povos indígenas.

A identidade Terena, nesse contexto, constitui uma construção social permanentemente atualizada, sustentada pelos vínculos de ancestralidade, pela memória coletiva, pelas redes familiares, pelos rituais, pelas práticas culturais e pelo sentimento de pertencimento ao grupo. A ancestralidade emerge como elemento estruturante dessa identidade, estabelecendo conexões entre passado, presente e futuro e permitindo que os sujeitos mantenham vivos seus referenciais culturais, mesmo quando inseridos em contextos urbanos.

Dessa forma, a experiência do indígena Terena pode ser compreendida como um processo de ressignificação do ser Terena no espaço urbano. A cidade deixa de ser interpretada apenas como local de assimilação cultural para constituir-se também como território indígena, onde práticas tradicionais, formas próprias de organização social, solidariedade comunitária e relações de reciprocidade são recriadas e fortalecidas. O espaço urbano transforma-se, assim, em um lugar de resistência, afirmação identitária e reconstrução das territorialidades.

A presente dissertação tem como objetivo analisar a realidade dos indígenas Terena desaldeados do município de Nioaque/MS, evidenciando que a saída das terras homologadas não representa a perda da identidade indígena, mas a construção de novas

---

ao seu povo. Trata-se, portanto, de uma categoria que deve ser analisada considerando as trajetórias individuais, as relações territoriais e as formas de continuidade e ressignificação cultural.

formas de existência, resistência e pertencimento. Busca-se compreender como os processos de desterritorialização e reterritorialização influenciam a manutenção dos vínculos culturais e identitários, ao mesmo tempo em que se discutem os mecanismos de invisibilidade social e a necessidade de formulação de políticas públicas específicas para essa população.

Parte-se da hipótese de que a identidade Terena permanece viva por meio da continuidade das práticas culturais, das redes comunitárias, da ancestralidade e da ressignificação dos espaços urbanos como territórios de vivência indígena. Assim, o desaldeamento não deve ser interpretado como sinônimo de aculturação ou rompimento com as tradições, mas como uma estratégia histórica de adaptação e permanência, na qual os vínculos com a memória coletiva, a cosmologia e o pertencimento cultural continuam desempenhando papel fundamental na reprodução da vida social.

No que se refere ao percurso metodológico, a pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, baseada na realização de entrevistas e no registro das narrativas de indígenas Terena no contexto urbano. Os relatos de vida compartilhados pelos participantes constituem importante fonte de produção de conhecimento, permitindo compreender, a partir das experiências dos próprios sujeitos, os processos de deslocamento, reconstrução das territorialidades, resistência cultural e reafirmação identitária vivenciados no contexto urbano. A valorização dessas narrativas reconhece os indígenas não apenas como objeto de estudo, mas como protagonistas na construção da história e do conhecimento sobre sua própria realidade.

Ao discutir essas dinâmicas, este estudo busca contribuir para o aprofundamento do debate sobre território, desterritorialização, reterritorialização, identidade indígena, ancestralidade e pertencimento cultural, bem como problematizar os processos de invisibilidade que afetam os indígenas em contexto urbano. Pretende-se, ainda, oferecer subsídios para a formulação e o fortalecimento de políticas públicas capazes de reconhecer as especificidades dos Terena desaldeados, garantindo a efetivação de seus direitos independentemente do espaço territorial que ocupam.

Por fim, a pesquisa está organizada em cinco capítulos. O primeiro apresenta o processo histórico de formação e ocupação do povo Terena no município de Nioaque, destacando sua trajetória territorial e sociocultural. O segundo aborda o referencial teórico que fundamenta as discussões sobre território, identidade, ancestralidade, desterritorialização e reterritorialização. O terceiro descreve os procedimentos metodológicos adotados na investigação. O quarto capítulo dedica-se à análise das

narrativas dos indígenas Terena desaldeados, evidenciando suas experiências, desafios e estratégias de resistência e ressignificação no espaço urbano. Finalmente, nas considerações finais, são retomadas as principais reflexões produzidas pela pesquisa, destacando suas contribuições para a compreensão da realidade dos Terena de Nioaque e para o debate acerca das políticas públicas voltadas aos povos indígenas em contexto urbano.

CAPÍTULO 1: O processo histórico de formação e ocupação do povo terena no municipío de Nioaque/MS.

Os povos Terena constituem um dos principais grupos indígenas do estado de Mato Grosso do Sul, destacando-se por sua expressiva trajetória histórica, cultural e social, conforme aponta Oliveira (1976) e Pereira (2009). Nessa mesma perspectiva, os autores Bittencourt e Ladeira (2000) afirmam que a presença desse povo no município de Nioaque está diretamente relacionada aos movimentos migratórios indígenas ocorridos ao longo dos séculos na região do Chaco e do Pantanal, bem como aos processos históricos de ocupação territorial decorrentes da colonização e da expansão das fronteiras brasileiras.

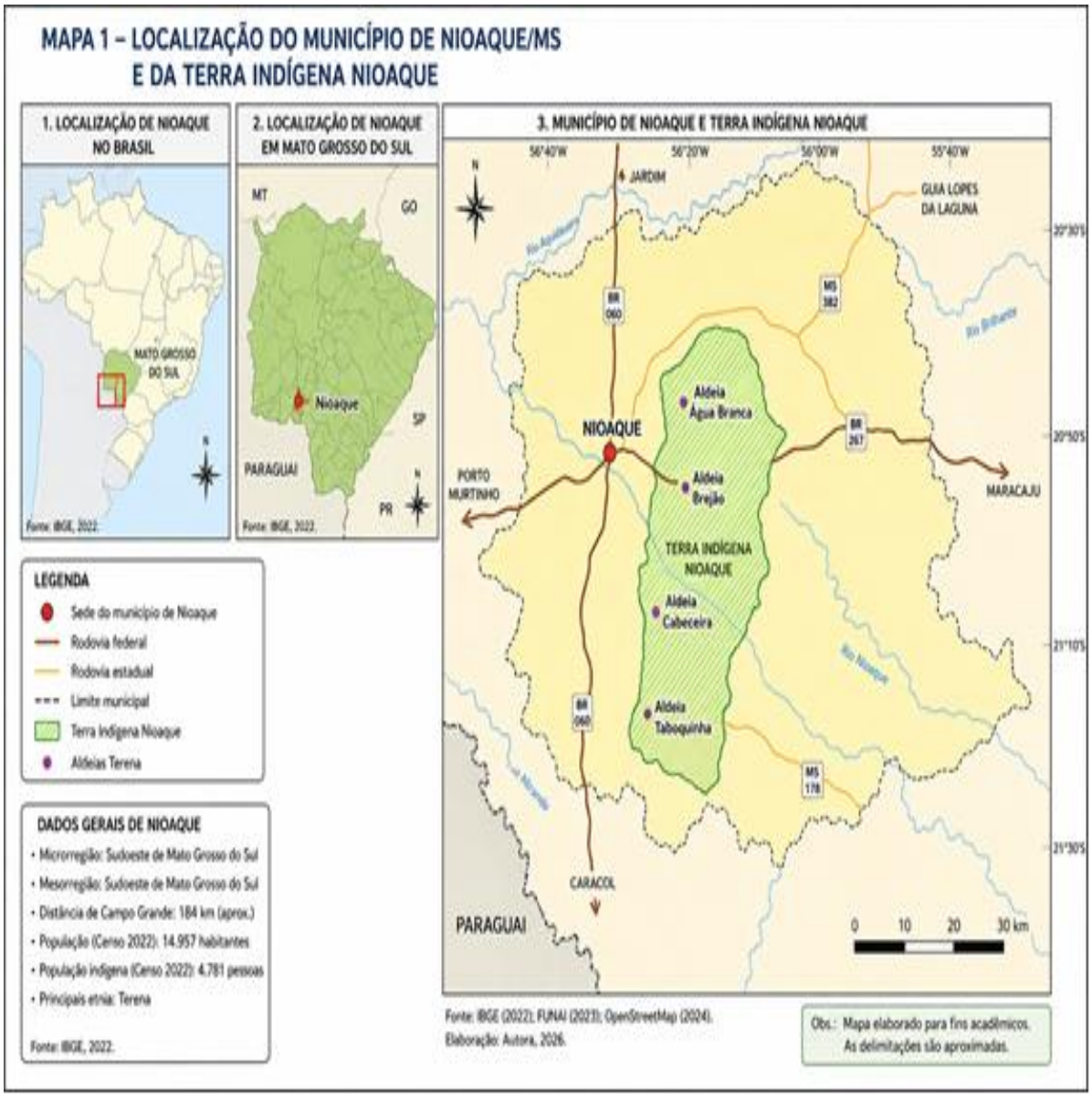
De acordo com Rodrigues (1986) os Terena pertencem ao tronco linguístico Aruak, considerado um dos mais antigos e extensos da América do Sul. Historicamente, seus ancestrais habitavam áreas próximas ao Chaco paraguaio e boliviano, deslocando-se gradativamente em direção ao atual território sul-mato-grossense. Esses deslocamentos ocorreram em razão de fatores ambientais, conflitos interétnicos e pressões impostas pelo processo colonial. Ao longo do século XVIII e, sobretudo, no século XIX, os Terena consolidaram sua presença nas regiões banhadas pelos rios Miranda, Aquidauana e Nioaque, estruturando aldeias organizadas e desenvolvendo formas próprias de manejo da terra e organização comunitária, como menciona Pereira (2009).

Bittencourt e Ladeira (2000) afirmam que a Guerra do Paraguai representou um marco significativo na história desse povo. Durante o conflito, muitos indígenas Terena atuaram como aliados das tropas brasileiras, desempenhando funções de apoio logístico, transporte e proteção territorial. Contudo, no período posterior à guerra, intensificaram-se os processos de expropriação territorial. Grandes extensões das terras tradicionalmente ocupadas pelos Terena passaram a ser apropriadas por fazendeiros, companhias de colonização e projetos vinculados à expansão agropecuária.

Segundo Pereira (2009), no município de Nioaque, os povos Terena mantêm viva sua identidade cultural por meio da preservação da língua materna, das práticas agrícolas tradicionais, do artesanato, das manifestações culturais e da transmissão intergeracional dos conhecimentos ancestrais. As aldeias localizadas na região constituem importantes espaços de resistência cultural, fortalecimento comunitário e afirmação identitária. Nesse contexto, a educação escolar indígena assume papel

fundamental na valorização da memória histórica e na preservação dos saberes tradicionais (BRASIL, 1998).

Imagem 1. Mapa de localização do município de Nioaque/MS



Fonte: IBGE (2022); OpenStreetMap (2024).

A organização social Terena caracteriza-se pelo forte senso de coletividade, pelo respeito aos anciãos e pela valorização das relações familiares e comunitárias. Historicamente, a agricultura ocupa posição central em sua sobrevivência econômica e cultural, destacando-se o cultivo de mandioca, milho, feijão e outros alimentos tradicionais. Atualmente, muitas comunidades também desenvolvem atividades relacionadas ao turismo cultural, à produção artesanal e à participação em movimentos

sociais voltados à defesa dos direitos indígenas, como retrata Pereira (2009).

Um aspecto relevante, apontado por Ferreira Junior (2004), refere-se à cosmologia Terena, profundamente vinculada à natureza e aos elementos do território. A terra possui significado que ultrapassa a dimensão econômica, assumindo caráter espiritual, cultural e identitário, sendo compreendida como elemento essencial para a manutenção da existência coletiva do povo. Nesse sentido, a luta pela demarcação e proteção das terras indígenas permanece como uma das principais reivindicações das comunidades Terena em Mato Grosso do Sul.

Referenciando Ferreira Junior (2007) é possível compreender que do ponto de vista antropológico e científico, os estudos sobre os Terena evidenciam a capacidade histórica desse povo de adaptar-se às transformações sociais sem romper com suas raízes culturais. Mesmo diante de séculos de conflitos territoriais, preconceito e exclusão social, os Terena preservaram elementos fundamentais de sua identidade, reafirmando sua relevância na constituição histórica e cultural de Mato Grosso do Sul.

Compreender a origem e a presença dos povos Terena em Nioaque significa reconhecer a importância histórica dos povos indígenas na formação da sociedade brasileira, valorizando seus conhecimentos, tradições e formas próprias de organização social. O estudo dessa trajetória contribui para o fortalecimento do respeito à diversidade cultural e para a promoção de uma educação comprometida com a inclusão e a valorização dos povos originários (BRASIL, 2008).

Nesse contexto, inserem-se os indígenas terena que atualmente vivem no contexto urbano, residindo em diferentes bairros e localidades urbanas do município. Diversos fatores sociais, econômicos e territoriais contribuíram para o deslocamento dessas famílias para a cidade, ocasionando o afastamento parcial de seus vínculos comunitários e culturais estabelecidos no território indígena, exigindo assim, uma ressignificação do ser indigena em um novo território.

Conforme o pensamento de Nascimento (2013), as novas gerações de indígenas urbanizadas, em muitos casos, possuem conhecimento limitado sobre sua tradição ancestral, havendo inclusive aqueles que desconhecem familiares residentes nas aldeias localizadas a aproximadamente dezoito quilômetros do perímetro urbano de Nioaque. A dinâmica da vida urbana tende a intensificar o distanciamento cultural dos grupos tradicionais e culturais, contribuindo para a invisibilização dessa população sob os aspectos étnico, cultural e de acesso às políticas públicas destinadas aos povos indígenas.

Luciano (2006) diz que embora a urbanização indígena não constitua um fenômeno recente, trata-se de uma realidade frequentemente negligenciada pelos órgãos públicos, pelas autoridades e pela própria sociedade. As especificidades culturais e sociais dos indígenas muitas vezes não são reconhecidas, favorecendo processos de exclusão e distanciamento de suas tradições. Observa-se, nesse cenário, a insuficiência de políticas públicas voltadas à valorização, revitalização e fortalecimento da cultura indígena nos contextos urbanos, haja visto que o DSEI – Distrito Sanitário Especial Indígena, não atende indígenas na cidade, e a FUNAI – Fundação Nacional dos povos Indígena apresenta limitações para atender os indígenas no contexto urbano, ao acesso a auxílios, benefícios e políticas públicas, tais como auxílio maternidade, atendimento básico de saúde especializada, acesso a assistência social.

Os povos Terena constituem um dos principais grupos indígenas do estado de Mato Grosso do Sul, apresentando uma trajetória marcada por processos históricos de resistência, adaptação e reorganização sociocultural. No município de Nioaque, a presença Terena está associada tanto às aldeias localizadas em territórios indígenas quanto aos espaços urbanos, onde muitas famílias passaram a residir em decorrência de transformações econômicas, sociais e territoriais ocorridas ao longo do século XX. Nesse contexto, destacam-se questões relacionadas à redução do uso fluente da língua Terena e à permanência dos vínculos socioculturais entre indígenas urbanizados e aqueles que permanecem no território indígena.

O enfraquecimento da fluência da língua Terena em Nioaque resulta de um conjunto de fatores históricos e socioculturais. Entre os principais elementos, destaca-se o processo de contato prolongado com a sociedade não indígena, intensificado especialmente após a Guerra do Paraguai e pela expansão das frentes econômicas no sul de Mato Grosso do Sul. A inserção dos povos indígenas em relações de trabalho nas fazendas, nos centros urbanos e em instituições estatais favoreceu o predomínio da língua portuguesa como instrumento de comunicação social, econômica e educacional.

Outro fator relevante refere-se ao modelo educacional historicamente implantado nas comunidades indígenas, pautado, durante muitos anos, em práticas assimilacionistas. As escolas, em diferentes períodos, priorizaram o ensino em língua portuguesa e desvalorizaram os idiomas indígenas, contribuindo para a interrupção da transmissão linguística entre gerações. Em muitas famílias Terena, a língua portuguesa passou a ser utilizada como principal meio de comunicação doméstica, sobretudo com o objetivo de facilitar a inserção social e escolar das crianças fora das

aldeias.

Apesar da diminuição do número de falantes fluentes, a língua Terena permanece como importante elemento identitário e cultural. Mesmo entre indivíduos que não dominam plenamente o idioma, existem práticas culturais, memórias coletivas, rituais, cantos tradicionais e formas de reconhecimento étnico que reafirmam a pertença ao povo Terena. Nos últimos anos, observa-se também um movimento de valorização e revitalização linguística por meio das escolas indígenas, projetos culturais e iniciativas comunitárias voltadas à preservação da língua tradicional.

No que se refere à relação entre indígenas urbanizados e aqueles que vivem nos territórios indígenas de Nioaque, percebe-se a permanência de vínculos sociais, familiares, culturais e territoriais. A migração para a cidade não representa, necessariamente, o rompimento com a identidade indígena ou com a comunidade de origem. Muitos indígenas urbanizados mantêm relações constantes com as aldeias por meio de visitas frequentes, participação em celebrações tradicionais, reuniões comunitárias, práticas religiosas e eventos culturais.

Os laços de parentesco constituem um dos principais mecanismos de manutenção dessa conexão. As famílias Terena possuem redes de sociabilidade amplas, nas quais os vínculos familiares extrapolam os limites físicos entre aldeia e cidade. Assim, mesmo vivendo em espaços urbanos, muitos indígenas continuam participando das dinâmicas coletivas das comunidades indígenas, mantendo o sentimento de pertencimento étnico e territorial.

Outro aspecto importante refere-se à circulação entre os diferentes espaços sociais. Em muitos casos, os indígenas transitam entre cidade e aldeia em razão do trabalho, do acesso à educação, aos serviços de saúde e às atividades comerciais. Essa mobilidade contribui para a constituição de identidades híbridas, nas quais os sujeitos articulam práticas culturais tradicionais com experiências urbanas contemporâneas.

Desse modo, a realidade dos Terena de Nioaque evidencia que os processos de urbanização e transformação linguística não significam, necessariamente, perda total da identidade cultural. Embora a fluência da língua Terena tenha sido reduzida em decorrência de fatores históricos, sociais e educacionais, persistem mecanismos de resistência cultural e fortalecimento identitário.

1.1. Identidade e Território: Processo de Desterritorialização e Reterritorialização.

No decorrer da pesquisa, análises bibliográficas e reflexões fomos percebendo que ninguém perde sua identidade, o que acontece é um distanciamento que a transforma, porque ela não é um conjuento fixo de características, mas uma constituição realcional na sociedade, que pode ser reafirmada a partir do jeito de viver e da língua. Tal qual a identidade, também não se perde o sentido e a simbologia da territorialidade, quando desterritorializa-se por qualquer motivação possível, no entanto, pode incorporar-se a novos hábitos ou tecnologias. Isso porque o território é em si, a territorialidade, a essência, a cosmologia, os significados mais ontológicos da pessoa. A territorialidade transcende o território, o físico, o limite espacial, permanecendo nas entranhas de um ser cultural, cosmológico e ontológico.

Pensando nisso, ao descrever sobre tais conceitos, não queremos ficar apenas no sentido terminológico das palavras, mas compreender a linguagem e a semiótica dos termos identidade e território/desterritorialização/reterritorialização.

É intenção, nesse capítulo, discorrer não apenas sobre a definição dos termos, mas sobretudo, dar significado a esses termos na vida das pessoas sujeitos dessa pesquisa. Pensar a identidade nos leva a entender o processo de território que está ligado a uma construção espacial, coletiva e simbólica. A influência territorial/social é um dos elementos que constitui a construção do ser humano, como pessoa, como cidadão e como símbolo dentro de um contexto espacial. Por isso, o território é algo essencialmente importante para o sujeito, é sua extensão como organismo vivo, como o ato de existir, na perspectiva ontológica e filosófica do filósofo Sartre (1997). Tal como diz o filósofo, o ser humano se constrói em sua essência a partir da sua existência e tal existência se constrói em um processo coletivo, territorializado por meio de da liberdade, da escolha e da responsabilidade. Quando por um motivo qualquer, a pessoa sofre um processo de desterritorialização, sofre consequentemente um processo de enfraquecimento de sua identidade como ser individual e coletivo. O processo de desterritorialização pode ocorrer por diversos motivos impostos ou de escolhas; no entanto, em qualquer um desses motivos, há um distanciamento do que a pessoa é, ou do que ela já se construiu. Por isso, ousamos dizer que toda desterritorialização carrega em sim, um ato de rompimento, seja este simbólico, físico, moral, social, emocional ou de crença. Esse rompimento impacta na vida dessas pessoas, que em outro ambiente precisa resilienciar-se em uma nova construção ou reconstrução de si e de seus

significados.

Nesse sentido, a reterritorialização é um fenômeno necessário, no entanto, nem sempre natural ou linear/sincrônico; exige muito da pessoa. Ela precisa ressignificar sua vida, sua história, seus objetivos, sonhos e visão de mundo. Não é fácil o percurso da reterritorialização; requer um esvaziar-se, um reconstruir-se, um desenvolvimento que leva a um outro envolvimento, que pode ter significados diferentes na vida dessas pessoas.

Posto isso, vemos que não é tão simples falar desses termos, quando se vai além de seus significados terminológicos. Ao integrá-los à vida de pessoas que estão nesse processo, percebe-se o quanto é complexa essa abordagem, pois necessariamente precisamos estabelecer um diálogo entre a etimologia e semiótica dessas palavras.

1.1.1. Identidade

Ao tratar-se dos indígenas que vivem nos centros urbanos, faz-se necessário, entender os conceitos de alguns termos que se colocam diretamente ligados a esse contexto. Tais termos contribuem para a compreensão dessa conjuntura e, de antemão, respondem a fatores como a realidade social, econômica e cultural desses povos. Assim, ao conceitua-los, busquemos estabelecer conexões com a vida dos nossos sujeitos de pesquisa.

Segundo Ailton Krenak (2019) e Hall (2006), é a memória e a ancestralidade que sustentam a identidade de um povo, funcionando como elementos fundamentais para a permanência cultural e espiritual das comunidades indígenas. Compreendendo essa perspectiva, torna-se mais fácil perceber por que muitos indígenas desaldeados e desterritorializados permanecem ligados à sua originalidade e às suas práticas culturais. Assim, a identidade também se constitui por meio da ancestralidade.

Ao abordar essa ideia, pode parecer contraditório afirmar, anteriormente, que a desterritorialização interfere na identidade indígena. No entanto, ao considerar que a identidade está vinculada à ancestralidade, não se está negando o enfraquecimento das dimensões territorial, social e cultural decorrentes desse processo, mas ressaltando a permanência da essência do sujeito indígena, sustentada pela memória coletiva, pelos vínculos ancestrais e pelo pertencimento étnico.

Essa dimensão não muda, pois é parte integrante da construção do indivíduo como um SER. É como pensar a ancestralidade como algo que transversaliza todas as circunstâncias da vida humana.

No entanto, o professor e pesquisador Antônio Dari Ramos, em sua obra "Identidades Nacionais e violência cultural", destaca que a construção de identidades nacionais é permeada pelo crivo da violência, onde o parâmetro é a homogeneização dos significados. Esse pensamento de Ramos (2007) pode retratar a realidade do terena no contexto urbano e reterritorializado, uma vez que os relatos de sujeitos dessa pesquisa, sinalizam a intervenção violenta dos sistemas políticos e sociais na construção de novos significados e simbologias do ser indígena, em seu espaço reterritorializado. Embora, esse tipo de violência seja imaterial, subjetiva e abstrata afeta diretamente a construção de uma identidade livre, autônoma e empoderada. A participante dessa pesquisa, Carol Terena reforça essa ideia, ao dizer: "éramos vistos como animais selvagens, as pessoas tratavam a gente com desprezo, só porque somos indígenas". Em um diálogo aberto com os diversos autores, Ramos (2006) reflete sobre a construção de uma identidade baseada no "narcisismo" de um grupo elitizado, dominador e colonizador, que não permite que o outro seja em si e por si mesmo, mas dilacera a genuína ideia do SER em face de uma desconstrução e reconstrução da própria imagem e semelhança de um projeto social ou político.

Assim, como Ramos (2007) defende uma justa política da memória nacional, faz-se necessário defender, nessa pesquisa, a justa construção de uma identidade terena que perpassa pela memória, pela ancestralidade e pela ressignificação do ser indígena em espaço reterritorializado.

E isso, não depende apenas da vontade e do querer do indígena terena, mas também, das condições e possibilidades sociais e políticas que devem ser ofertadas em prol dessa construção.

Dito isso, faz-se necessário entender a diferença entre desterritorializado e desaldeado. Dentro do percurso dessa pesquisa, o desterritorializado é aquele indígena que saiu de seu território de origem e construiu um novo território, quer dizer, construiu a reterritorialização em outro espaço, preservando a cultura e a tradição em um ambiente coletivo, formado por familiares ou agregados que vem de um mesmo contexto espacial. No entanto, ao falar do indígena desaldeado visualiza-se um sujeito que saiu de seu território/aldeia e acomodou-se em outros espaços que não tem vínculo de coletividade com seus parentes e/ou familiares e comunidade indígena. Eles se dispersam em diferentes locais, distanciando de seu povo e sua cultura.

O que pode perceber por meio do relato de trajetórias de vida,[5] registrado durante a pesquisa, é que cada indígena tem uma experiência única, uma construção única de si e de sua identidade. Suas diversas motivações, sonhos e perspectivas de vida levara-os ao lugar onde estão hoje e vivem esse processo de construção, porque na verdade a vida é uma contínua construção. O que mais chama atenção nessas pessoas são o seu jeito singular de ver o mundo, a vida e a si mesmo. E esse jeito é o que classificamos como essência/ancestralidade, porque, segundo relata a indígena 1: "nunca deixamos ser indígena, porque ser indígena é algo bem maior que qualquer território, que qualquer espaço; o que acontece com a gente é que vivemos a opressão de um mundo que não aceita nosso jeito de gostar da terra, da natureza, do mato, do rio, da vida". Ao dizer isso, seus olhos pareciam viajar no tempo, fixaram-se no distante horizonte e pareciam entender a distância do ontem e do hoje em suas vidas. Os relatos são carregados de emoções, de sentimentos, de um amor que não muda, que não retrai e que não diminui, ainda que sua cultura seja enfraquecida e invisibilizada dentro de um ambiente cheio de outros interesses.

Embora o processo de desterritorialização seja algo difícil para esses indígenas, a reterritorialização também se configura em um processo desafiador, pois precisam reconstruir, a partir de suas memórias, um novo território, se constituindo como grupo ou indivíduo, dando significado ao novo espaço; que passa a ser um lugar etnográfico para essas pessoas. Nessa construção etnográfica os elementos trazem memórias resilientes, do ponto de vista cultural e identitário; como por exemplo, uma árvore, uma casa antiga, um córrego, o vento, a chuva, entre tantos outros.

Um fato interessante constatado no relato de trajetória de vida, foi posto pelo indígena 2 que disse: " o indígena não cabe dentro de uma reserva imposta pelo branco, marcado por cercas e delimitadas por fronteiras de diversas dimensões; o indígena é da terra e a terra se espalha por todos os lugares". Nessa fala poética, carregada de sabedoria, consciência identitária e política, o interlocutor ressalta o ser indígena, que vê na natureza/terra/cosmologia a extensão de seu corpo, de sua essência e de sua

[5] O relato de trajetória de vida foi um método utilizado para registrar e visibilizar a realidade dos indígenas que vivem no contexto urbano do município de Nioaque. Utilizou-se nesse método conversas informais, perguntas direcionadas e relatos livres, além de indagações sobre a trajetória de vida dessas pessoas, construindo assim, elementos que pudessem fornecer argumentos e ideias sobre a percepção de vida desses indígenas. O registro dos relatos de trajetória de vida duraram aproximadamente 04 meses e foram contatados 12 indígenas que experimentaram ou experimentam os processos de Desaldeamento, desterritorialização e reterritorialização. Entre esses contatados foram 8 mulheres e 4 homens com idade entre 29 e 65 anos.

existência. É nessa conexão que está a identidade. Refletindo sobre essa ideia percebemos o quão desafiante é entender a questão identitária de uma pessoa, porque identidade diz respeito ao que somos; mas ao que somos em essência, quer dizer, ao que éramos cosmologicamente, ao que somos existencialmente e ao que seremos em performance de memória e ideia. Essa ideia/conceito se constitui no que é o ser humano, em sua conjuntura como SER que existe em suas diversas faces – psicológica, emocional, cosmológica, cultural, social, política, transcendental, entre outras. Portanto ao ouvir as trajetórias de memórias desses sujeitos, entendemos que a identidade indígena se funde na interação de todos esses elementos intrínsecos ao homem sapiens e expandindo-se em uma conexão indivisível aos elementos que compõem o universo como um todo – plantas, animais, rios, florestas.

Por isso, a identidade não é algo fixo ou imutável, ela se constiui na história, por meio das relações que os sujeitos estabelecem entre si, com os grupos e com o meio social que pertencem. E o sentido do pertencimento sao elaborados constantemnte, podendo adiquir outras formas que se configuram atraves das experiências, das mudanças e dos conflitos sociais. Por isso, é preciso pensar a identidade não como uma escolha livre ou que esteja desvinculada do passado, mas que carrega em si memórias, trajetóriascoletivas e vivencias. A identidade é um processo não linear, mas que acontece na das diferentes formas de viver e de entender o mundo.

Contribuindo com esse pensamento a interlocutora 1 fala que “somos feito de muitas coisas e essas coisas transformam o que o ser naquilo que ele se reconhece, corpo, aparência, memória, ancestralidade.” Que sabedoria extasante há nessas palavras! Lembrei-me então do filósofo Platão[6] que entendia o ser humano constituído por duas realidades; a mortal– corpo e a imortal – alma. Uma é a aparência, a outra a essência. Uma muda, a outra permanece. Então podemos dizer que a Identidade é a essência? Ou ela pode transformar-se, se adequar, se resignificar com a mobilidade da aparência? Quais são os parâmetros para definir a identidade? Ela é padronizada culturalmente, coletivamente, territorialmente ou é única, imóvel, singular? Deveras eu não sei responder.

Em sua obra intitulada “Ressitência epistemológicas: entrevista com Dominique Tilkin Gallois”, os pesquisadores Tatiane Maíra Klein e Levi Marques

[6] Platão (427-347 a.C.) foi um filósofo grego da antiguidade, considerado um dos principais pensadores da história da filosofia. Era discípulo do filósofo Sócrates. Fonte: Dilva Frazão. Disponível em https://www.ebiografia.com/platao/

Pereira (2021) apresenta o termo identidade como algo que vai além de identificações e manifestos de evidências, é em si, o caminho antropológico dos povos indígenas, um caminho interno, excêntrico que naturaliza o jeito de ser indígena.

Nessa perspectiva holística de entender a identidade indígena, aqui falando especificamente dos terenas que são sujeitos dessa pesquisa, é possível constatar dois fatores elencados pelos interlocutores que demonstram o ser indígena no contexto atual. O primeiro está relacionado com a ancestralidade. O indígena terena tem muito introspectivo a percepção de seus ancestrais e buscam preservar elementos culturais e cosmológicos deles em sua prática cotidiana e atual. O segundo fator está direcionado a questão da ressignificação territorial como base de sustento cultural e tradicional. Os povos terenas tem vivenciado um processo de mobilidade social e cultural muito relevante e acentuada ao longo dos tempos e isso tem produzido uma transformação social. Nesse sentido, percebe-se em suas falas a necessidade de ressignificar tanto o território quanto os elementos do qual fazem parte desse espaço.

Corroborando com esse pensamento as autoras Circe Maria Bittencourt e Maria Elisa Ladeia (2000), discorrem sobre a identidade histórica do povo terena, enfatizando o seu legado cultural na formação e consolidação da cultura brasileira, presente em diversos aspectos e características etnográfico e cosmológico do Brasil. Nessa perspectiva, as autoras ressaltam a luta desse povo pelo reconhecimento que tem na consturção da sociedade do Brasil, onde sem renunciar a sua cultura e o seu estilo próprio de vida, contribuição para a formação de um povo que se pauta na memória, na cultura histórica e coletiva e na ancestralidade, mesmo vivendo fora dos territórios tradicionalment4e reconhecidos em Nioaque/MS.

Para compreender melhor essa questão, trouxe a fala da interlocutora 3 que define a identidade terena dizendo: "desde os tempos muito antigo somos um povo unido, vivemos em lugares coletivos, porque o terena não sabe viver sozinho. Precisamos um do outro, tudo fazemos juntos e isso é o que nos define" Essa ideia compartilha nos transporta a uma outra dimensão de identidade, em que ela não é constituída de forma individual apenas, mas também coletiva. O terena, na percepção da interlocutora 3 é um ser coletivo, unido, socializado e por isso, territorialidade. E há necessidade de entendermos o que é território para o terena e como ele se constrói, desconstrói e reconstrói. Mas isso, veremos adiante.

Voltando para as autoras Bittencourt e Ladeia (2000) encontramos um pensamento que retrata com bastante fidelidade a identidade terena, mencionado que

ela vem ao longo dos tempos sendo marcada por mudanças e permanências, como relata o texto seguinte.

> A história dopovo Terena tem sido de mudanças no seu mode de viver. Os diferentes contatos que estabeleceram no decorrer de sua história com povos diversos como os Guaicuru, Portugueses e brasileiros fez com que muitos costumes e hábitos de vida tenham se transformado. O trabalho e as relações com a terra e seus produtos, as construções das casas, as vestimentas, os alimentos e muitos outros hábitos do cotidiano tem mudado. Mas existem características de vida que são mantidas e permanecem, comprovando a resistência dos terenas em manter sua identidade como povo. A língua, festas, relações familiares e políticas, o artesanato, entre outras manifestações da cultura, são exemplos da rnanutenç5o das características dos terenas. Conhecer e refletir sobre as diferentes manifestações culturais da vida cotidiana é importante para o estudo da história do povo Terena. Uma história que tem sido marcada por permanências e mudanças (Bittencourt, Ladeia, 2000, p. 107)

O relato acima transcrito reforça a fala dos interlocutores indígenas registrados nessa pesquisa uma vez definem em suas narrativas o terena como um povo da coletividade, do fazer juntos, do construir em comunhão e comunicação. A resistência cultural desse povo se manifesta na arte, nos ritos, na culinária, na relação com a natureza e na vivência familiar, como descreve Bittencourt e Ladeia (2000).

Embora já temos entendido que a identidade é uma construção individual e coletiva, a autora Daize Wagner (2018) fortalece essa ideia, descrevendo a identidade indígena como algo que suscita de dentro da pessoa; ela diz que vem do sujeito e de sua autodefinição e reconhecimento; no entanto, nasce do sentido de pertencimento do grupo; como retrata o trecho a seguir.

> Identidade indígena é aqui compreendida como a autoidentificação do sujeito indígena, decorrente do laço de pertencimento que o liga ao seu grupo étnico e, concomitantemente, o reconhecimento pelo grupo de que essa pessoa é um dos seus. Esse laço pode ser identificado externamente, mas decorre primariamente da auto atribuição e costuma estar fundado num sentimento de origem comum partilhado pelo grupo, que o distingue dos demais. Aos indígenas, em razão dessa identidade étnica partilhada entre si e distinta da sociedade envolvente, são assegurados direitos próprios, também em razão de constituírem uma minoria (Wagner, 2018, p. 125).

Posto aqui as definições acima sobre identidade indígena, resta ainda, ressaltar que identidade, no âmbito geral e consensual da terminologia, significa o conjunto de características que levam a uma distinção de pessoas, grupos ou coletivos, por meio das quais é possível identifica-los e individualiza-los.

Habermas (1983) define identidade como a formação da autoconsciência em contextos de interação exigindo do indivíduo a capacidade de referir-se a sim mesmo, por meio da sua linguagem e autoidentificação.

O termo identidade ocupa um espaço muito grande dentro da literatura brasileira, podíamos ficar citando inúmeros pesquisadores que definem de forma diferenciada a terminologia identidade. No entanto, tivemos o intuito de definir a palavra identidade, em um primeiro momento, a partir da perspectiva indígena, por isso, trouxemos autores que abordam a identidade indígena. A identidade indígena vai muito além de tudo isso.

Por isso, todo o cuidado em abordar o termo na perspectiva indígena, pois faz-se necessário revitalizar o sentido da palavra a partir da essência indígena. Em síntese, o que queremos é ressaltar que identidade é o jeito essencial e natural de ser indígena; é o que ele foi e o que ele é; mesmo com suas transformações culturais, variações e empréstimos linguísticos e modernização de comportamentos sociais e econômicos. E ao tomar na questão da modernização e mudanças sociais, podemos mencionar Bhabha (1994) que ao definir identidade, relaciona-a com a questão cultural, que assume características ao longo do tempo, permanecendo nele.

Assim, o autor define identidade:

> Se a diversidade cultural é uma categoria da ética, da estética ou da etnologia comparativas, a diferença cultural é um processo de significação através do qual enunciados sobre ou em uma cultura diferenciam, discriminam e autorizam a produção de campos de força, referência, aplicabilidade e capacidade (Bhabha, 1994, p.34).

Nessa perspectiva, o autor traz o termo hibridismo colocando-o em consonância com uma dialética de ambivalência para explicar dois fatores: Condição e Processo. O primeiro diz respeito a uma narrativa colonialista que ocorre em situação conflituosa, imposta e opressora, tendo como base poderes políticos desiguais; o segundo ocorre por meio de uma negociação que caráter cultural, onde há uma apropriação da identidade, ainda que seja permeada pela resistência ou negação, o que configura a ambivalência, ao entendimento de Bhabha (1994).

Refletindo sobre o pensamento de Bhabha, podemos inferir que o pós-moderno possa ser útil, pois ele parte não de uma identidade fixa, imutável, mas de um processo no qual a pessoa se identifica com determinado modo de ser. Pode alguém ser 'forçado' a ter uma identidade ou ela é escolha? Se não for, pode ela fugir de sua identidade?

Anteriormente falávamos dos questionamentos que suscitam ao longo da pesquisa e como esses questionamentos se liquidificam em ideias e reflexões não consumadas, porque naverdade, estamos passando por transformações constantemente e não vemos possibilidades de concluir em uma consumação máxima sobre um conceito

tão amplo e complexo, como a identidade.

Por isso, deixamos aqui essa reflexão em aberto, pontuando apenas, a partir das bibliografias analisadas, que identidade é o que atravessa intrinsicamente uma pessoa ocupando-se de diversos caminhos para definir sua existência e essência. No tocante a identidade indígena terena, o entendemos como aquilo que o terena revela em seu jeito singular de ser, de compreender o mundo e se relacionar com ele.

Sendo assim, prosseguiremos nossa discussão sobre os temas Território/desterritorialização/reterritorialização buscando tecer reflexões e diálogos entre a literatura e a trajetória de vida dos indígenas terena. É relevante dizer que, o território precisa ser entendido como uma construção de significados e simbologia, o que vez ou outra, se ressignifica através de um processo de desconstrução e reconstrução. Esse processo se dá de diversas formas e por diversos motivos configurando uma conjuntura social, político e etnográfica.

1.1.2. Território/Desterritorialização/Reterritorialização.

Embora, nesse momento, o nosso foco seja a definição conceitual dos termos pesquisados, cabe ressaltar que todo território é carregado de sentimentos, emoções, memórias, lembranças e conexões entre os seres que dele faz parte; por isso, o território é algo que se constrói constantemente e não está preso apenas em um lugar físico, mas também em um lugar que revitaliza as memórias, como construções e arquiteturas, culinárias, arte, costumes, entre outros.

Claude Raffestin (1993) define território como o resultado da ação de agentes ativos que projeta e realiza um trabalho, revelando assim, marcas humanas. Nesse sentido, o autor diz:

> O território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é uma prisão original, o território é a prisão que os homens constroem para si (Raffestin, 1993, p.144)

O território é produzido, modificado, identificado e singularidade, de acordo com a cosmologia de um povo. Ele é muito além de um espaço puramente físico, configura a identidade de um povo. Ampliando essa conceituação terminológica sobre território, o autor Rogério Haesbaert (2005) define-o dizendo:

> Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao "irracional poder político". Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto de dominação, quanto ao poder no sentido simbólico, de apropriação (Haesbaert, 2005, p.67).

Tanto Krenak (2019), como Raffestin (1993) e Haesbaert (2005) descrevem o território como um espaço político e social, onde a organização se consolida dentro dos limites físicos e espaciais. Ele é político, porque se configura em um componente de poder; e social porque é a manifestação da vida e da tradição, da simbologia e da cosmologia. Compreendendo a ideia do autor e relacionando a terminologia ao contexto indígena terena, podemos dizer que território, na perspectiva terena é diferente de como Haesbaert define, pois é parte materializada da identidade, do simbólico e do físico dos povos indígenas, haja visto que é no território que acontece a vida em todas as suas dimensões.

De acordo com o pensamento de Krenak (2019) os povos indígenas, o território ultrapassa a noção jurídica ou geográfica de posse da terra, constituindo-se como elemento essencial da existência física, espiritual e cultural. Entre os povos Terena, essa relação assume um significado profundamente simbólico, uma vez que a terra representa a continuidade da vida coletiva, da ancestralidade e da cosmologia indígena. Nesse entendimento, o território não é apenas o espaço habitado, mas um lugar sagrado onde se articulam memória, identidade, espiritualidade e pertencimento. A terra, portanto, configura-se como extensão do próprio corpo indigena, sendo compreendida como terra-vida, expressão que traduz a inseperabilidade entre natureza, cultura e existência coletiva.

A cosmologia Terena está diretamente vinculada às narrativas míticas de origem do povo e à relação espiritual estabelecida com os elementos da natureza. Nas tradições orais Terena, os ancestrais são concebidos como mediadores entre o mundo material e o espiritual, responsáveis pela transmissão dos conhecimentos, valores culturais e formas de organização social. Os mitos de origem explicam não apenas o surgimento do povo, mas também a constituição do território enquanto espaço sagrado e coletivo. Dessa forma, rios, matas, animais e lugares específicos possuem significados espirituais e históricos que conectam as gerações atuais aos antepassados, fortalecendo o sentimento de pertencimento étnico.

A ancestralidade, nesse contexto, ocupa posição central na construção da identidade dos grupos humanos. Ela representa a permanência dos ensinamentos herdados dos antepassados e a continuidade das práticas culturais, linguísticas e espirituais ao longo do tempo. Mesmo diante dos processos históricos de deslocamento territorial, urbanização e contato intenso com a sociedade envolvente,

muitos indígenas Terena mantêm vínculos simbólicos e afetivos com seus territórios tradicionais, pois é nesses espaços que se preservam as memórias coletivas e os referenciais culturais do povo. Assim, a ancestralidade não se limita ao passado, mas constitui um elemento vivo que orienta as práticas sociais e fortalece a resistência cultural indígena.

Sob essa perspectiva, compreender o território indígena exige reconhecer a complexidade das relações cosmológicas e ancestrais que sustentam a existência dos povos originários. Entre os Terena, a terra não pode ser reduzida a um recurso econômico ou produtivo, pois ela representa a base da reprodução cultural, espiritual e identitária da comunidade. O rompimento com o território implica também impactos profundos sobre a memória coletiva, a organização social e os modos tradicionais de viver. Portanto, o território indígena deve ser entendido como espaço de vida, espiritualidade e continuidade histórica, indispensável para a manutenção da cultura e da identidade dos povos Terena.

Assim, território refere-se a uma determinada área, definida e delimitada, que abriga uma comunidade, nação ou grupo étnico. Ele está diretamente ligado ao sentido de controle, soberania e identidade, podendo ser um espaço físico ou simbólico, como mencionamos a questão do simbolismo anteriormente. E o processo de desterritorialização e/ou reterritorialização são fatores decorrentes da territorialização. Assim, pode haver uma perda do território tradicional por conta de algum processo histórico-colonizador, de expulsão ou mesmo de escolha; no entanto, as pessoas vão reconstruindo novos territórios, seja no mesmo espaço físico ou em outro espaço.

Entendendo a desterritorialização, segundo Haesbaert (2005), vemos que é um processo de perda ou deslocamento de um espaço físico ou simbólico – território, e pode ter como causa fatores relacionados a conflitos, desenvolvimento econômico e migratório e globalização. Esse fenômeno provoca impactos na identidade, na cultura e no sentimento de pertencimento das comunidades que são afetadas. Assim, a desterritorialização mostra com clareza o impacto negativo na vida dessa população, onde a saída do indígena de seu território, seja por condições forçadas ou motivações pessoais, torna-os cada vez mais alheios à sua origem cultural, o que em si, é uma forma de provocar o enfraquecimento e a "morte" da cultura e da identidade indígena. Porém, como já posto, desse mecanismo desterritorial, surge a reterritorialização, que implica no reconstruir um novo território.

Essa ideia de reconstruir território no mesmo espaço físico é bastante

interessante, porque nem sempre a desterritorialização significa um êxodo espacial; mas uma ressignificação etnográfica, em um mesmo lugar, isto é. Esse pensamento pode parecer em um primeiro momento meio controverso, no entanto, é algo possível de acontecer. Se tomarmos como exemplo a trajetória histórica dos povos originários no Brasil, podemos afirmar que essa terra, hoje chamada Brasil, era quase em sua totalidade, um território indígena. Com o processo de colonização e o avanço de políticas de ocupação, foram desterritorializando os indígenas, obrigando-os a concentrarem-se em reservas indígenas, que são espaços impostos pelos colonizadores – de ontem e hoje- e legitimado pelo Estado. Talvez seja essa a ideia que Haesbaert (2005) queira transmitir, quando relaciona território a poder político e de dominação.

Isso nos remete a uma narrativa registrada nessa pesquisa, onde indígenas terena dizem, com bastante ênfase, que a conquista do território é uma luta diária, pois onde quer que estejam, há necessidade de reconstruir-se como povo-cultura. De fato, nisso consiste a reterritorialização. Na fala do intelocutor 2 ouvimos: *"*ninguém vai embora de um lugar que é bom para se viver. Se isso acontece é porque houve uma expulsão*"*. Essa mensagem carrega um sentimento marcado pela dor do rompimento, da expulsão e do ter que deixar para trás algo que muito lhe importa. É possível entender que essa 'expulsão' não ocorre unicamente de um espaço físico, mas também, simbólico. Quando ouvimos histórias de vida de pessoas que estão em situação de Desaldeamento, como é o caso dos sujeitos dessa pesquisa, deparamos com narrativas de trazem diferentes realidades, porque essas pessoas, além de terem sido desterritorializadas de seu espaço de origem, precisam construir a reterritorialização, tanto a nível físico quanto simbólico.

No percurso da nossa pesquisa notamos que as narrativas mostram que a desterritorialização, embora tenha diversos motivos, sempre impacta a vida dessas pessoas e esse impacto é sentido de muitas maneiras e em níveis diferentes. Por exemplo, em uma narrativa que o indígena terena sai de seu território de origem em busca, do que ele julga, melhores condições de vida, ele tende a entrar em um processo de acomodação e aceitação da nova realidade a ser vivenciada. Essa situação, além de ser algo que ele considera necessário e 'bom', tende a leva-lo a um enfraquecimento mais acentuado de sua cultura e identidade. Nesse caso, o processo de ressignificação etnográfico e de reterritorialização assume um espaço muito utópico e saudosista. Já em outros casos de desterritorialização, notada nas narrativas, apresenta um posicionamento mais crítico e consciente sobre a importância de preservar a cultura, através das práticas e costumes. Nesse caso, a reterritorialização alcança um simbolismo e ressignificado

mais tenaz, quer dizer, plenifica esse lugar de simbologia, gerando um adensamento de seu significado. Esse resignificar pode acontecer por meio de fatores, como o exemplo da árvore, que se reconhece, o evento do cheiro da terra, o evento da flor, o evento da tapera, que a pessoa vê e evoca lembranças.

Entretanto, há também a desterritorialização, onde a pessoa não sai do espaço ancestral dela, mas, desterritorializa-se de sua cultura e tradição, ainda estando no mesmo espaço que seus ancestrais; porque não vê mais significado naquilo que era identidade de sua ancestralidade. Esse fenômeno pode ocorrer porque esse espaço foi modificado de alguma forma, seja pela colonização ou pelos impactos ambientais, ou efetivamente, porque foi descaracterizado. Assim, A pessoa, pode se sentir desterritorializada dentro do próprio espaço, por conta de algum processo, causado externamente, ou porque a pessoa foi perdendo essa ligação, foi perdendo esse espaço, foi perdendo esse sentido para si. O que faz com que uma pessoa saia do lugar e queira ir para outro lugar. Isso pode ser motivado por várias fatores, como por questão de sobrevivência; mas pode ser também por outro motivo, por exemplo, não querer mais ficar no lugar de origem; ou ainda porque aconteceu uma tragédia, ou deu uma briga familiar, ou a pessoa simplesmente se desgosta do lugar. Algumas pessoas usam essa narrativa ao dizer, eu me desgostei do lugar, por isso, eu fui embora. Às vezes, ela não consegue ir, e ela fica ali porque não tem muita alternativa, e, às vezes, ela não se sente pertencente mais àquele lugar e até mesmo, se identifica com uma outra cultura, mais modernizada, mais urbanizada.

Portanto, podemos entender, segundo a perspectiva simbólica, que a desterritorização pode acontecer dentro do próprio território, porque a pessoa está deslocada nesse espaço, tem outros olhares culturais que não é específica do indígena.

Antônio Dari Ramos (2025) apresenta uma ideia muito pertinente e sugestiva, que contempla relevantemente essa pesquisa, ao dizer:

> As memórias tradicionais indígenas incomodam e, por isso, sofrem um processo de apagamento e extermínio. Incomodam porque são o substrato de uma identidade que os agentes da colonização pretenderam e continuam pretendendo substituir por um outro modo de ser, calcado e alinhado em valores e práticas judaico-cristãs, inicialmente mercantilistas e depois capitalistas. Às ações de violência simbólica e física realizadas por agentes do pensamento hegemônico com a finalidade de apagamento e extermínio das memórias de grupos sociais subalternizados e sua substituição por memórias oficiais, chamamos de memoricídio (Ramos, 2025, p, 143).

O pensamento de Ramos (2025) é bem mais que um relato, se configura como uma denúncia ou como uma definição real e atual do que é o processo de

desterritorialização e seus desdobramentos na vida dessas pessoas, ao longo dos tempos. A apagamento e extermínio das memórias, da qual o autor fala, acontece com os terenas reterritorializado do município de Nioaque, no entanto, esse processo é muito sutil, "camaleônico", pois é disfarçado de muitas formas, como políticas públicas ineficazes, invisibilidade cultural, abandono educacional, entre outras faces que se compilam nesse apagamento de memórias e de significados.

Nessa situação vemos que a reterritorialização é parte da identidade e quando essa identidade é enfraquecida, desapoderada, há consequentemente, a perda territorial que pode ser física ou simbólica, como já posta anteriormente. E desse mecanismo surgem outros eventos, que podem ser a desterritorialização efetiva ou a reterritorialização, dependendo das circunstâncias e do processo identitário e de pertencimento do indígena. Isso nos leva a compreender etnograficamente, segundo sugere os autores Klein e Pereira (2021), na entrevista com Dominique Gallois, que o território é a entranha da alma indígena e, como Dominique fala, é pouco discutido, ensinado e perpetuando entre esses povos, ficando muitas vezes, sob uma narrativa jurídica de demarcação de terra.

Embora essa discussão seja importante nesse momento, porque de fato, como diz Dominique ao discutir território indígena se pensa quase que exclusivamente em terra e seus limites fronteiriços, em reservas, em espaços físicos delimitados que mais exclui do que inclui o indígena; no entanto, vemos que atualmente, essa realidade mudou um pouco, pois hoje nos centros acadêmicos e nos próprios territórios indígenas já se discute sobre o tema. O que é interessante também, é que essa discussão nasce do próprio indígena, nos diferentes lugares, como Dominique sugere em sua fala, ao dizer: "Eu falei: *Não quero saber disso. Me diz você: o que é território para você, para teus familiares?"* (Entrevista com Dominique Gallois – KLEIN, PEREIRA, 2021, p.448). A definição de território precisa surgir do próprio indígena, pois é um reconhecimento do seu espaço, do seu lugar. E essa definição é carregada de simbolismo, de significado, porque faz sentido para sua vida, sua existência. O indígena precisa encontrar no seu território elementos significativos que o faz reconhecer-se como indígena.

O indígena terena traduz em sua fala e em seu posicionamento, com muita ênfase, a questão do território, quando se coloca como parte desse território e nesse sentido, percebe-se que o território para o terena é muito mais que um conceito espacial e sim, um lugar simbólico, significativo, carregado de vivências e ancestralidade. Talvez isso responde porque o terena é um povo muito ligado a terra, a família e ao seu jeito

singular de lidar com a natureza, com a mata, com os rios, com os animais. Essa realidade é bem visível onde os terenas estão localizados no município de Nioaque, pois sempre há um lugar de preservação e cultivo da natureza, com muitas arvores e plantas; até mesmo as que eles usam como ervas medicinais. Alguns deles também exercem a função de benzedores, o que demonstram toda a ligação ancestral e tradicional com a cosmologia indígena nesse processo de reterritorialização, pois constrói um espaço denso em significados terena.

Ao pensar o território e seus processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, cabe aqui a seguinte pergunta: Afinal, onde é o território indígena? Não pode ser somente aquele lugar imposto por uma política colonizadora que delimita um espaço físico, nomeia-o como reserva, cerca-o para os indígenas, obrigando-os a chamar de território, sem a menor preocupação com seus aspectos culturais e cosmológicos. É o indígena que responde essa pergunta, porque território para ele, é onde há significado, há continuidade, há cosmologia que permite a conexão com seus ancestrais. Sendo assim, os terenas, embora desaldeados, se mantém terena, se pensa terena, se identifica terena. Ele constrói um território nesse espaço, carrega esse território de simbologia, dá sentido ao território e o território dá sentido para ele.

Nesse sentido, o pensamento de Peter Burke (2005) contribui para compreender que a cultura, a memória e os vínculos sociais são elementos fundamentais para a permanência da identidade de um povo em seu território. Para o autor, a sociedade constrói seus modos de vida por meio das práticas culturais, das tradições, da memória coletiva e das relações estabelecidas entre os sujeitos e o espaço em que vivem. Nesse sentido, viver na terra não representa apenas ocupar um espaço físico, mas manter uma relação histórica, simbólica e cultural com o território.

Ao abordar os vínculos entre os povos indígenas e a terra, é possível compreender que o território constitui um espaço de pertencimento, ancestralidade e reprodução cultural. Burke destaca que as experiências coletivas e os saberes transmitidos entre gerações fortalecem a identidade social dos grupos humanos. Assim, os povos indígenas mantêm sua ligação com a terra porque nela estão presentes suas memórias, suas práticas culturais, seus rituais e suas formas tradicionais de organização da vida.

Entretanto, os processos de urbanização, desterritorialização e pressão econômica impõem desafios à permanência desses vínculos. A perda ou afastamento do território pode provocar transformações culturais profundas, dificultando a transmissão

da língua, dos costumes e dos conhecimentos tradicionais. Mesmo diante dessas mudanças, muitos povos continuam valorizando práticas culturais e relações comunitárias que reafirmam sua identidade e pertencimento.

No caso dos povos Terena, por exemplo, o vínculo com a terra permanece mesmo entre aqueles que vivem em contextos urbanos, pois o território indígena continua sendo referência de origem, ancestralidade e fortalecimento cultural. Dessa forma, o pensamento de Peter Burke permite compreender que a cultura e a memória coletiva funcionam como mecanismos de resistência diante das transformações sociais contemporâneas.

Voltando ao pensamento de Haesbaert (2005) é possível perceber a confluência de ideias entre território e territorialidade. Se por um lado o território implica em contextos de poder e dominação, a territorialidade na perspectiva da reterritorialização se torna uma construção, onde a simbologia e os significados tem mais fluência que o espaço físico, pois é nesse território que se evoca, por meio dos símbolos, memórias e construções cosmológicas. Assim, o autor nos ajuda a entender as relações etnográficas nos diversos territórios e como essa relação, pode contribuir com definições cosmológicas dos povos indígenas, no que diz respeito a cosmologia e identidade. Essa definição fica clara, quando se entende a diferença entre território funcional e território simbólico, apontando por Haesbaert (2005). O primeiro está ligado a questão de poder, domínio, desigualdade e exclusividade, enquanto o segundo, liga-se a ideia de apropriação, diferença, multiplicidade, identidade, continuidade, simbologia e significados; pois tratando-se do terena desaldeado que vive o processo de reterritorialização, o território simbólico é uma construção através de elementos cosmológicos que dá a ele a noção do território terena, contendo seus elementos mais singulares como a relação com a natureza, a construção de um lugar que tenha árvores, animais; sua forma de relação com outros indígenas e com o não indígena, marcado pela aproximação física, interação amigável e participação da vida social da comunidade da qual está inserido. Esses elementos são características muito forte no terena que reside o perímetro urbano de Nioaque/MS. Por isso, a ideia de território nos leva afirmar que, em relação a cultura indígena terena, território é construção coletiva da cosmologia, da ancestralidade, da visão de mundo, da vivência cotidiana e do significado da existência desses povos.

Ao pensar sobre a questão do território/desterritorialização e reterritorialização na vivência dos indígenas desaldeados; é possível entender os desafios encontrados por

essa população, uma vez que precisam conquistar o espaço dentro de uma sociedade que muitas vezes não compreende sua cultura e identidade.

Nessa perspectiva, a autora Manuela Carneiro da Cunha (2009) chama a atenção sobre os povos indígenas que correm o risco de sofrer um processo de enfraquecimento de sua identidade cultural/cosmológica dentro de uma sociedade diluída e plural. Para evitar esse risco, se torna relevante o reconhecimento territorial para esses povos, uma vez que podem, dentro de seus territórios construídos ou reconstruídos criar/viver/reviver memórias, simbologias, significados e cosmologias, a partir de elementos que evocam valores indígenas, traduzindo-os em vida. Vida plena de sentido e tenacidade existencial.

Posto aqui a discussão sobre os conceitos acima abordados, buscamos entender que esses fatores se tornam cada vez mais, uma ferramenta no processo de fortalecimento cultural e étnico dos povos indígena terena. É salutar entender que identidade e território são duas dimensões vitais para o terena e que estão intrinsicamente ligadas uma à outra, configurando o que podemos chamar de 'vida terena' Por isso, o reconhecimento do território, seja ele de origem ou reconstruído, funcional ou simbólico, é essencialmente importante, pois é nesse espaço que o terena se encontra consigo e com o seu entorno, que o terena se vê e se reconhece terena; bem como; é nesse espaço reconhecido que o não indígena reconhece e legitima o indígena terena. E reconhecer esse território, vai muito além de uma legitimação jurídica, é sobretudo, um reconhecimento etnográfico.

CAPÍTULO 2: Ressignificar o SER TERENA: Trajetórias de vida em um espaço reterritorializado.

Esse capítulo se dedica à análise das narrativas de vida dos indígenas terena que participam da pesquisa, considerando suas experiencias e trajetórias no processo de deslocamento e das relações com a ancestralidade, a identidade étnica e o território. Nesse sentido, a discussão parte do entendimento de que os deslocamentos territoriais e sociais estão relacionados ao porocesso histórico, econômico e polítco, cujos efeitos incidem sobe as formas de organização da vida cotidiana, das relaçoes de pertencimento e das práticas culturais. Assim sendo, busca-se compreender como os participantes atribuiem sentidos às suas experiencias e vivências estabelecendo relações ancestrais de identidade terena no espaço urbano. Essa ancestralidade constitui uma categoria de análise relevante para a compreensao das trajetórias, onde são abardadas na perspectiva das experiências narradas pelos interlocutores e de cosntrução identitária. Para tanto, torna-se necessário delimitar o significado desse conceito e sua pertinência teórica no contexto desta investigação.

O registro das trajetórias de vida e das narrativas dos interlocutores será realizado de acordo com critérios metodológicos e éticos previamente estabelecidos, com o objetivo de preservar a identidade dos participantes e garantir a confidencialidade das informações compartilhadas. Para tanto, serão utilizados pseudônimos, conforme acordado com os participantes, assegurando o respeito à sua privacidade e aos princípios éticos que orientam a pesquisa científica. Buscar-se-á permanecer o maior tempo possível em uma narração original, sem buscar "limpeza textual", mas dar vida a palavras e palavreados do cotidiano dessas pessoas. E por fim, participar das narrativas com intervenções que podem enriquecer ainda mais a trajetória das histórias de vidas desse povo, objetivando evidenciar os aspectos e fatores que retratam a ressignificação e o simbolismo cultural dos indígenas terenas, em um novo território.

A pesquisa contou com a participação de 04 indígenas que vivem no contexto urbano do município de Nioaque, especificamente no Bairro São Miguel; e que aqui, reterritorializam-se como indivíduos históricos, culturais e humanos. De antemão, podemos verificar quão generosa é essa gente, que se entrega aos deleites de uma pesquisa, até então desconhecida em seus desdobramentos, confiando no poder do conhecimento e da informação verdadeira de si e de sua história, registrada graficamente por outra pessoa. A entrevista foi em si, uma conversa agradável e

espontânea, ocorrida em diversos momentos, por isso, a narrativa será dinâmica, do ponto de vista de intervenções de um sujeito para o outro. Os sujeitos serão assim identificados como: Flor de Lis, Lise, Carol Terena e Senhor Claudiomiro Terena.

De acordo com o pesquisador Oliveira 2007, o termo ancestralidade refere-se à origem, linhagem ou herança dos antepassados de uma pessoa, grupo ou cultura. Vai além de apenas saber quem foram os seus ancestrais; trata-se também de reconhecer e valorizar os saberes, tradições, costumes, valores e histórias transmitidos ao longo das gerações.

Esse termo tem significados diferentes nos termos biológico, cultural, espiritual e identitário. O biológico/genealógico refere-se à linha de descendência familiar; os antepassados que contribuíram para a formação genética de alguém; o cultural e espiritual envolve os conhecimentos, práticas, crenças, mitos e formas de viver que são herdadas dos antepassados. Em muitas culturas, especialmente indígenas e africanas, a ancestralidade tem um forte valor espiritual e identitário. Este último é um componente importante da construção da identidade individual e coletiva, conectando o presente ao passado e ajudando a entender o lugar que se ocupa no mundo.

Estando compreendia a conceituação de ancestralidade e sua importancia para a análise das relações existente entre identidade, memória e pertencimento cultural, o precsente capítulo volta-se às trajetórias de vida de indígenas terena que residem no contexto urbano do município de Nioaque/MS. As narrativas apresentadas permitem examinar as experiências individuais e coletivas que estão relacionadas ao deslocamento territorial, à vivência urgana e às formas de continuidade e ressiginificação da identidade étnica. Para além de reunir eventos biográficos, busca-se compreender como os sujeitos interpretam suas próprias experiências, estabelecem conexões com a ancestralidade e sua cultura, atribuindo novos sentidos às diversas transformações vivenciadas durante o percurso de suas trajetórias.

A partir de uma perspectiva historiográfica, essas narrativas não são compreendidas como registros transparentes ou definitivos do passado, mas como produções de memória que foram elaboradas através das experiencias particulares, onde pautaram-se em seleções, interpretações, silenciamentos e condições específicas de enunciação. Por isso, as análises exigem atenção tanto aos acontecimentos relatados quanto aos sentidos atribuídos pelos participantes, haja visto que as relações de poder e os processos históricos que influenciaram a visibilidade ou a invisibilidade das experiências indígenas no espaço social.

Assim, o capítulo traz como objetivo central a análise das trajetórias de vida dos indígenas terena no contexto urbno de Nioaque/MS, onde se busca comprender a construção e o ressignificar de suas identidades, em diálogo com a ancestralidade, a memória, a tradição e a cultura. Investiga-se por fim, os desafios, as contradições e as estragégias mobilizadas por esses sujetos, no intuito de afirma seu pertencimento étnico em um contexto no qual o reconhecimento sociail e institucional da identidade terena nem sempre corresponde à diversidade de suas experiências territoriais e culturais.

Dialogando com autores como Aranha (2011) e Haesbaert (2005) entendemos que o território é um espaço político, social e cosmológico que se define pela forma com que as pessoas vivem e se constroem nesse contexto espacial. Não tão distante dessa definição, podemos, à luz do pensamento Haesbaertiano, entender o processo de reterritorialização como um novo território que carrega o ressignificar de um povo que tem um jeito peculiar de viver e compreender o mundo e o tempo. E nesse incorporar-se a um novo território, os indígenas terenas, sujeitos dessa pesquisa se entregam em conversas e reflexões que transcendem qualquer forma simplista de julgar e preconizar a vida terena.

De veras, foi uma experiência incrível registrar a narrativa da trajetória de vida dessas pessoas; eternizando, de certa forma, um pouco da resiliência e da resistência de um povo que constantemente teima em manter-se vivo. No entanto, precisamos antes conhecer o seu contexto, "pisar" o chão de sua realidade. Faremos, então um passeio pelo município de Nioaque. Um passeio bem rápido!

Nioaque é uma velha e pequena cidade, localizada na região sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul. Além de ser conhecida por sua gente simples e acolhedora, é conhecida também pelos codinomes Cidade das Vogais, Vale dos Dinossauros e Palco da Guerra do Paraguai. Mas sua terminologia original é ANHUAC – nome indígena Tupi-Guarani, que significa "Clavículo quebrada".

Para tanto, trazemos aqui, o professor e pesquisador José Vicente Dalmolin[7] que descreve o nascimento de Nioaque em 08 de abril de 1849, dizendo:

> Sob o comando da Expedição chefiada por Joaquim Francisco Lopes, a mando do Senador do Império do Brasil, Província de São Paulo, Barão de Antonina, João da Silva Machado se dará a fundação do Porto de São João de Antonina, na confluência dos rios Nioaque e Urumbeva. Em 1855, o

[7] Professor na rede estadual de MS. Natural de Ponta Porã, Mato Grosso do Sul, Brasil. atualmente mestre, pesquisador e escritor da História de Nioaque e da Guerra do Paraguai. Escreveu, entre outras obras, o artigo "Nioaque no contexto histórico séculos XIX-XXI na história de Mato Grosso do Sul".

> Imperador do Brasil, D. Pedro II através do Decreto n. 1578 de 10 de março de 1855, Governo Imperial a eleva como a primeira Colônia Militar na Província de Mato Grosso. Esta Colônia, mandada fundar pelo aviso de 21 de maio de 1850, teve posteriormente regulamento pelo decreto n. 1578 de 10 de março de 1855). Emancipa a partir de 19 de novembro de 1859, com a transferência do Corpo de Cavalaria da Vila de Miranda (Dalmolin, 2024).[8]

Antes, porém de seu nascimento como cidade, Nioaque era distrito de Miranda, que era antes ainda, distrito de Cuiabá. Por questões de estratégias militares e de proteção fronteiriça, esta cidade nasce desenvolvendo um papel fundamental na consolidação protetiva do território brasileiro, nessa região.

Imagem 2. Vista aérea da cidade de Nioaque/MS.



Fonte: disponível em https://images.openai.com/static-rsc-4/PcQDh7PB9buy1zaJJD8qn7Mg1dM-O9GQrc0YcvfmSpqc4JHymA5GlIFXhqwdLqSBErCDsGSBmJnO4vMscgxjNGZigWmTDpjCzLM37KN7wka4GG4qZmXLvyrav7BQGY 3enyywqrW2niNGYePzQjtnVT8V1NfiwrtR0GfKohCd2DQ?purpose=inline. Acesso março/26.

Segundo Dalmolin (2016) Nioaque nasceu de uma necessidade estratégica militar e foi ao longo do tempo se construindo e se emancipando, sem jamais perder sua simplicidade, raiz histórica e funcional no contexto sul mato-grossense. Ela nasce nas confluências dos Rios Nioaque e Urumbeva e recebe o nome que lhe confere sua identidade originária, vindo do seu povo indígena, ali habitantes de anos atrás. Por isso, é antes de tudo, chamada de "Anhuac, Anhoac, Aniuac", como explica o autor a seguir.

> Uma coisa é verdadeira: a palavra Nioaque é de origem indígena derivada das palavras graficamente escritas: ***ANHUAC, ANHOAC, ANIUAC,*** que significa na concepção das termologias científicas: ***"Clavícula Quebrada"*** e procede da denominação primitivamente dada ao Rio, do qual originou o nome da Cidade, hoje Município (Dalmolin, 2016).

[8] Artigo disponível no blog do autor, com endereço eletrônico: https://nioaquehistorias.blogspot.com/. Consultado em maio de 2025.

Entender o significado e a simbologia do nome da cidade é um detalhe peculiar nesse trabalho, e faz referência direta aos sujeitos dessa pesquisa. Oriundo da palavra indígena, o nome da cidade reafirma a identidade desse território, desde antes da colonização, habitado pelos povos indígenas; em sua grande parcela, terena, que reside e resiste até os tempos atuais. Isso é de uma dimensão gigantesca, pois prova a resiliência e a persistência de uma cultura capaz de atravessar o tempo, as transformações históricas e políticas, testemunhando não apenas, o desdobramento de mudanças e transformações, mas sobretudo, persistência e permanência da cultura, da tradição e da cosmologia; hoje na condição da territorialização; ou quiçá, da reterritorialização, haja vista, que antes de tudo, tudo era território indígena.

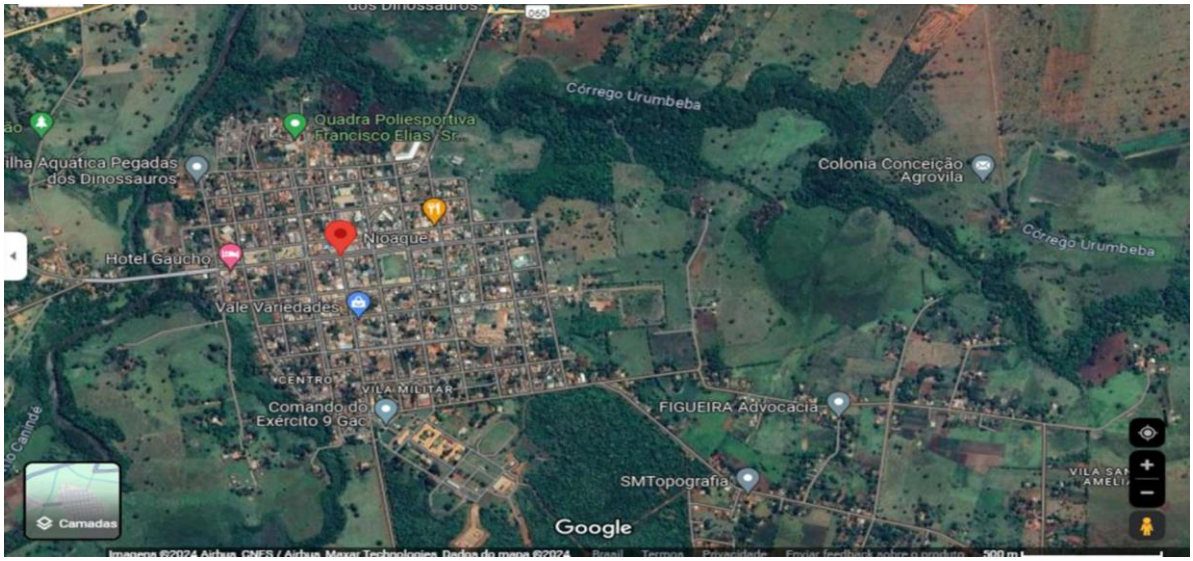
Atualmente Nioaque é um munícipio pacífico e carente de muitas políticas públicas, carrega em seus ombros uma extensa história de lutas e guerras, mas também de avanços e conquistas; acolhe em seu território atual, 11 (onze) assentamentos rurais, 04 (quatro) comunidades quilombolas, dessas 02 (duas) já reconhecidas e 04 (quatro) comunidades indígenas em um território localizado aproximadamente 13 quilômetros do perímetro urbano; há também diversas fazendas e chácaras que se localizam ao redor da cidade. A zona urbana do município é composta por 07 bairros além da área central. Tem uma extensão territorial de aproximadamente de 3.923,798 km² e populacional de 13.220 habitantes, segundo o censo do IBGE (2022).

Imagem 3. Mapa de Localização fronteiriça de Nioaque/MS.



Assim, é possível verificar a densidade cultural e diversa do município, bem como a complexidade na gestão pública dos recursos e de atendimento equânime a toda essa população diversificada. A demanda é tão grande quanto complexa e difícil, tornando claro a ausência de políticas públicas e de assistência para muitas pessoas, principalmente para os grupos que não tem uma organização étnica/cultural consolidada e pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social, econômica e educacional. A sua economia é baseada na agricultura familiar, no serviço público e nos comércios; na contratação de serviços no frigorífico e de postos de serviços temporários e informais.

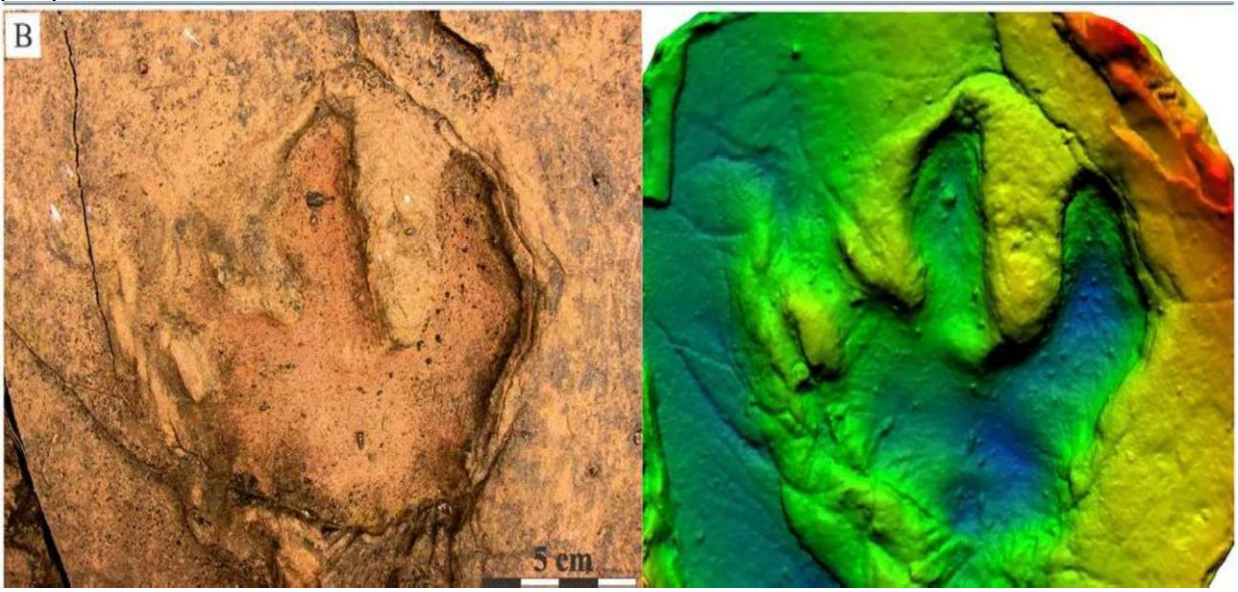
Imagem 4. Vista área do município de Nioaque/MS.



Fonte: disponível em www.google.com/maps/search/nioaque. Acesso maio/25.

Essa é Nioaque! "*Terra querida, berço de heróis*", como canta o seu hino oficial. E como sua história é cheia de magnitude e lendas, tem-se ainda a explicação de seus codinomes, o reconhecimento óbvio de todas as vogais "a, e, i, o, u" em seu nome. Outra curiosidade é as pegadas de dinossauro, que vem se tornando um evento turístico e investigativo, já com reconhecimento de diversos historiadores.

Imagem 5. Pegadas de dinossauros à margem do Rio Nioaque, analisados por pesquisadores e cientistas[9]



Voltando, então, aos relatos das trajetórias de vidas indígenas no espaço urbano e reterritorialização, apresentando resumidamente o histórico de vida de cada um desses sujeitos.

Antes da narrativa das trajetórias de vida, apresentar-se-á resumidamente o histórico da vida de cada um desses sujeitos. Todos eles são originários do povo terena das aldeias localizadas no município de Nioaque/MS.

Segundo a autora terena Glaucenir Miranda Marques (2018), o povo indígena terena que vivem atualmente no Território indígena Nioaque tem sua origem na região do Chaco no Paraguai e pertencem ao grupo Guaná. Eles chegaram no Estado de Mato Grosso do Sul no período colonial. Sobre a localização atual desse povo, a autora diz:

> Hoje os povos Terenas vivem atualmente na região centro Oeste de Mato Grosso do Sul com as seguintes áreas indígenas, áreas indígenas Aldeinha, Buriti, na cidade de Dourados, Lalima, Limão Verde, Nioaque (Aldeias Cabeceira, Água Branca, Taboquinha e Brejão), Taunay/Ipegue e Terras Indígenas Água Limpa e Cachoeirinha (Miranda, 2018, p. 14).

O autor terena Claudionor do Carmo Miranda (2007) retrata a comunidade indígena de Nioaque, descrevendo:

> Atualmente a Terra Indígena Nioaque, está composta por 04 aldeias dotadas de autonomia política própria, ou seja, possui um cacique e um conselho tribal, que responde pelas relações políticas de cada setor. Cada

[9]Após uma extensa pesquisa, fruto de diversas escavações e observações, pesquisadores encontraram pegadas de dinossauros às margens do Rio Nioaque, na cidade com o mesmo nome, a 165 km de Campo Grande. A descoberta foi feita pelos cientistas do Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

> aldeia resolve, dentro de certos marcos normativos, as pendências jurídico políticas entre seus membros. Os assuntos que dizem respeito ao conjunto das aldeias, da Terra Indígena de uma forma geral, são tratados em reuniões grandes, com a presença de todas as lideranças das aldeias, geralmente realizadas no Posto Indígena. A aldeia é constituída por um conjunto de moradias situadas dentro de seus limites estabelecidos por certos ue somente é reconhecido pelos moradores de cada aldeia, ou seja, não estão visíveis ou exposto em formas de cercas ou coisas desta natureza, mas são estritamente respeitados pelos grupos agnáticos, sobre os quais são cobradas certas regras de conduta interna. Os limites das aldeias da Terra indígenas Nioaque são observados em função desta regra, mas o usufruto da matéria prima da Terra Indígena para uso interno, como a madeira, o capim, a argila, etc é feio de forma geral pelas 04 comunidades (Miranda, 2007, p. 247).

É desse contexto que fazem parte os sujeitos que participam dessa pesquisa. Em algum momento de suas vidas, por diversos motivos e situações, deixaram seu território de origem fixando-se em outros territórios. Nesse novo território, os terenas buscam ressignificar suas origens e tradições como indígena terena.

Todos eles têm suas vidas marcadas por lutas, sonhos e resiliências que ressignificam-se a cada tempo, a cada espaço e a cada realidade. Moram em locais dispersos na cidade de Nioaque e entrelaçam suas vidas a tantas outras, que laboram dia a dia pelo pão, pela paz e pela vida. É no sangue terena que se percebe a resistência e a força que brota dos cunhos mais duros da vida; engessada em um sistema cruel, colonizador e perverso.

A interlocutora Flor de Lis conta com entusiasmo, emoção e orgulho sua história de vida. Uma vida que nasce do sonho e da luta de seus pais que almejam um território novo para viver, plantar, colher e sonhar. Seus pais, ainda muito jovens, encararam as durezas da vida em um ambiente que pouco reconhece o indígena, vendo nesses seres um objeto de trabalho e de exploração. Enfrentam com valentia todas as dificuldades para criar os seus quatros filhos. Um desses, a nossa colaboradora da pesquisa – Flor de Lis.

Imagem 6. Foto do momento da entrevista com Flor de Lis.



Estudar sempre foi entendido como um canal libertador para Flor de Lis. E isso ela aprende dos pais, que saem do território indígena para os filhos poderem dar continuidade aos estudos, como relata:

> Meus pais moraram também na aldeia Brejão, dez anos por lá. Fez a plantação de arroz, do fruto da terra ali dentro, né. Então, e aí, dali para cá, tivemos que vir morar para cá, para a cidade; porque ali só tinha a primeira série; ou o quarto ano. Já não tinha mais o ginásio, como falava antigamente. E aí, passamos a vir morar para cá (ENTREVISTA: Flore de Lis – janeiro 2025).

Com emoção aflorando pelos olhos, Flor de Lis relata os seus primeiros anos escolares, dizendo que a convivência na comunidade indígena Brejão era repleta de alegria, fraternidade e comunhão com os seus familiares e com a natureza. Mas demonstra-se extremamente grata pela experiência que faz no novo território, situado no perímetro urbano da cidade. É aqui que se reconstrói com sua família, que luta pela terra e que ressignifica o ser terena. Ela conta que seus avós e pais trabalhavam em fazendas, ficando de 06 a 08 meses sem vir para casa, e sua mãe e eles (filhos) produziam roças de arroz e mandioca. O que colhiam, as crianças (ela) vendiam pela cidade. Ela, com olhos lagrimejados diz: "eu saia para vender feijão miúdo, eu vendia farinha de mandioca, que minha mãe fazia". Uma renda que fazia toda a diferença para o sustenta da família. O trabalho duro na produção da roça ganha força na luta pela melhoria, através do estudo. Um estudo que vai além da codificação de código, que se faz sabedoria, que se faz tradição e que se faz cosmologia indígena, retratada nas festas, nos ritos e na cultura, tão bem relembrada e revivida por Flor de Lis.

Em outro momento, Flor de Lis, bastante emocionada, recorda a situação difícil que viviam, relatando: "na época a gente era muito pobre mesmo, sabe. A gente, como falava minha mãe, a gente não sabia nada, não tinha... (lágrimas molham seus olhos) e ao retomar o fôlego, conclui: "não tinha nada".

O que mais fascina na trajetória de vida de Flor de Lis é que a dificuldade nunca é uma desculpa; mas sim um incentivo para querer algo melhor, para desejar o bem. Talvez seja por isso que hoje encontramos uma mulher empoderada, livre, sábia, construtora de conhecimentos e de si mesma. Ela é detentora de duas faculdades – geografia e pedagogia – e é especialista em Educação especial inclusiva; ela vive desejando ardentemente adentrar cada vez mais no mundo do conhecimento, das letras e literaturas e de um saber ímpar.

Mas a trajetória inspiradora não é apenas de Flor de Lis. Eu tive o privilégio de conversar um pouco com o senhor Claudemiro Terena que desterritorializou-se da

comunidade indígena, migrando para o contexto urbano de Nioaque. Esse processo teve vários motivos, dores e esperanças. Veio em busca de muitas coisas, especialmente dos estudos dos filhos. Na cidade construiu um novo território e não foi nada fácil. Conta que no início viveu em barracos, de favores, de sonhos apenas. Aos poucos foi aconchegando-se à família de sua esposa que dividiu tudo, inclusive um novo espaço territorial. E nesse ambiente se reconstruiu. O novo território, que hoje é repleto de simbologia e cosmologia terena foi sendo construído aos poucos, onde o cuidado com a terra e o plantio de uma pequena reserva foram suas primeiras ações. Com a voz embargada pela emoção ele diz: "os dias eram longos e as dificuldades pareciam não acabar nunca" Com o olhar fixo em um horizonte que parecia-lhe dar alguma resposta, ele recobre o fôlego e responde: "mas a esperança de um índio é muito grande, é mais grande que qualquer coisa ruim. Foi acreditando nisso que seguimos em frente, e hoje, vejo meus filhos estudados e o meu novo território cheio de coisas que falam da vida de um terena" E o que é a vida de um terena? lhe perguntei. Com um riso tímido ele disse que ser terena é amar a terra, as pessoas, é conversar de tudo, é ser próximo de gente, de qualquer gente. Depois de uma pausa, conclui: o terena gosta de dançar, de rir, de rio, de mata, de gente, de comer e de festar. Explicando essas singularidades terenas, ele parecia viajar num tempo que se foi e que é, ao mesmo instante. A sua definição de ser terena, nos faz pensar na grandeza da alma humana, que gosta do que é bom, da vida, de pessoas. E de fato, o terena é muito próximo da comunidade não indígena, tão próximo que não tem resistência em aprender outra cultura, de emergir-se em outras tradições. Ele aprende o trabalho do branco, conversa e convive com o não indígena de forma humanizada e amigável.

Imagem 7. Senhor Claudemiro e sua esposa, dona Ilsa.



Fonte: Arquivo pessoal. Data 08/05/2025

A resposta do senhor Claudemiro Terena e a interpretação que se faz dessa resposta permite entender a alma terena que se desfaz e refaz na humanização da vida. Sim, o terena é um indivíduo plenificado na sensibilidade da vida e da interação com tudo que lhe rodeia. Desde muito pequena, convivo com pessoas indígenas e sempre me fascinou o seu jeito simples, honesto e próximo de ser. O cuidado e o respeito são valores singulares desse povo, que carrega em si, a ternura de ser humano.

De um olhar profundo, olhando o entardecer de um dia ensolarado, Claudemiro nos conta com detalhes parte de sua vida, marcada pela luta, mas também pela esperança. Um homem que carrega na alma o sentido da vida, uma vida atravessada pelos inúmeros fatos e condições que faz dele, um homem cada vez mais forte e sublime. Seu olhar de tom entristecido e seu riso raso revela a sensatez de uma vida inteira. Uma vida permeada pela ancestralidade, pelo simbolismo e pela identidade de um povo, que em suas andanças históricas abriram caminhos que levam e trazem, outros "parentes" a territórios e reterritórios construídos pela ressignificação do ser indígena terena.

E por falar no sentido existencial indígena-terena, apresentamos outra protagonista dessa pesquisa, Carol terena. Ela assim se define.

> Sou Terena, mulher, mãe do Alexandre 13 anos e da Ellen 11 anos, solteira, tenho 39 anos de idade e atualmente sou professora de língua portuguesa e educação infantil na Escola Municipal Indígena Professor Eugênio de Souza. Depois de formada retorno ao Território Indígena Brejão na cidade de Nioaque MS. Sempre carreguei a minha ancestralidade através da minha memória de infância do convívio com meus avós mantermos Tertuliano e Elizia "Andy" e avó paterna Maria, toda sabedoria faz parte destes anciãos em memória (ENTREVISTA: Carol terena, abril 2025).

A trajetória de vida de Carol terena é radiante de experiências que contornam toda a sua existência. Uma mulher forte, sonhadora e capaz de enfrentar todas as adversidades que a vida lhe impôs. Buscou nos estudos a melhoria de vida; e em suas diversas andanças soube traduzir no cotidiano de seus dias, o ser indígena. Ela mantém viva em si a ancestralidade de seu povo, especialmente de seus avós, que se tornaram uma referência do ser terena em sua vida. Sua simplicidade e alegria contagia a todos em sua volta, refletindo em seus filhos, que buscam trilhar o caminho da vida à luz do exemplo da mãe.

Toda essa energia terena que ela tem, vem da força de sua ancestralidade. E isso é bem claro em sua fala:

> A minha infância foi muito boa; meus avós sempre presentes e toda família reuniam-se em dia de festas de casamento, aniversário, festa de Santo Antônio e geralmente quando era Natal. Minha avó Elizia dizia que ela comemorava o aniversário de todos os filhos dela; seguíamos o calendário cristão, mas no jeito Terena. Meu avô Tertuliano era rezador e minha avó Elizia parteira e rezadeira. Eles nos ensinaram os banhos de remédios; tudo caseiro (criança recém-nascida, mulher com dores menstrual, dor de cabeça.); principalmente na quaresma tinha o maior respeito e cuidado ao colher na sexta-feira as raízes para ser abençoado pelo nosso ituko oviti (criador). Meu avô fazia a reza e ensinou a ver como ia ser o tempo aquele ano; como a gente se preparava diante dos maus e bons momentos. Sempre amei ouvir as histórias que minha avó Elizia e Maria contavam. Elas são minha inspiração (ENTREVISTA: Carol terena, abril 2025).

Quanta expressividade e reverência tem a fala de Carol terena ao descrever sua infância junto aos avós. A inspiração dela é calcada na cosmologia e ancestralidade de seu povo. Ela transmite isso em sua fala e em sua vida. De fato, o avô dela, senhor Tertuliano era o grande benzedor da cidade. Muitas vezes o povo recorria aos seus cuidados para curar de doenças de diversas causas e situações. E tudo ficava bem, depois das orações e dos remédios que ele mesmo fazia. Ao descrever a trajetória de vida de Carol me recordo das inúmeras vezes que estive na casa do senhor Tertuliano, acompanhando algum familiar que buscava cura para suas dores do corpo e da alma.

Imagem 8. Vista atual da chácara que pertencia ao senhor Tertuliano.



Fonte: Arquivo pessoal de sua neta Elisa – registro em 10/01/26

Ele morava em uma casa grande feita de madeira e coberta de sapê. O lugar era espaçoso demais, para mim que era uma criança. Muitas árvores, remédios, uma verdadeira floresta, colorida, cheirosa e diversa. Um senhor alto e magro, cabelo já grisalho, voz mansa e um olhar profundo. Assim era ele. Em sua casa todos eram

acolhidos, comiam, bebiam, sentavam e conversavam prosas sem fim. Era o dia inteiro lá. Como criança, a gente brincava, corria, subia nas árvores. Tudo mágico. Ao final do dia acontecia a despedida e as inúmeras recomendações para tomar o remédio e se livrar da doença. Eu me lembro tão bem desse tempo.

Eita me peguei narrando um pouco da minha história. Não era para ser! É que fiz parte disso. Está nas entranhas da minha vida também. É a cercania entre eu e o povo terena. Carol e Elisa não são apenas pessoas que escolhi para protagonizar minha pesquisa. Elas fazem parte de minha história; e eu, parte de sua vida terena.

Retomando a trajetória de Carol terena quero ressaltar que ao conversar com ela, senti a grandeza de uma mulher que não apenas vence na vida, mas que faz a vida vencer nela mesma. Olhando para ela, isso tem uma diferença muito grande. Primeiro porque ela compreende a vida como uma dádiva, um presente que precisa a cada dia ser desembrulhado e contemplado e depois, porque nela a vida acontece e os seus acontecimentos são fluídos de uma harmonia entre ela-indígena e sua ancestralidade.

Em outro momento da conversa ela narra um pouco de sua experiência acadêmica e de sua tradição religiosa.

> Quando eu era criança morei no contexto urbano e no meu pensamento a chácara dos meus avós é o meu Território. Nunca nos faltava nada, fui criada com muito amor, estudava em escola do município Marizete Braga Ramos, na vila São Miguel onde fui conhecer o mundo exterior. Meus pais, João e Emília, ensinava a respeitar a professora, os colegas e a todos, ali na escola. Tive o contato e conhecimento da educação formal; a ler e a escrever; estudei com professores maravilhosos em especial, a professora Neuzeli Maia, que lia as historinhas infantis e me ensinou a leitura. Na adolescência estudei na escola estadual Odete, centro da cidade. Lembro também que gostava de participar na igreja católica; grupo de jovens. E sempre meus avós antes de sair de casa fazia nós rezar no santinho. Um quarto, uma mesa que tinha flores, vela e vários santinhos e no meio o menino Jesus. Eu benzinha o corpo, bebia uma água benzida, batia três vezes o pé no chão e saia abençoada. Nós sempre estivemos presentes no dia de festas na aldeia Brejão em Nioaque MS. Meu pai nasceu na aldeia Brejão, casou com minha mãe e veio morar com meus avós (ENTREVISTA: Carol terena, abril 2025).

A narrativa da Carol nos mostra algo fundamental que fez parte do processo da vida terena, no contexto urbano de Nioaque. A interação com a educação e a religião são fatores centrais na vida do povo terena de Nioaque. A escola é assumida pelo indígena terena, como um recurso necessário para a aquisição da língua e do conhecimento não indígena. Os terenas sempre demonstraram uma abertura muito grande para acolher e assumir a cultura não indígena. Outro fator que mostra a narrativa da Carol terena é a proximidade com a religião. A Igreja Católica em Nioaque, por muito tempo teve uma influência muito grande na vida do povo terena. A família da

Carol terena é católica, em sua grande maioria e praticam com devoção a fé católica. No entanto, é interessante perceber que eles não abandonam a tradição cosmológica indígena, mas mesclam as expressões transcendentais e religiosas, recriando um simbolismo capaz de ressignificar o ser terena. O benzedor, o rezador, o curandeiro é aquele capaz de entender a transcendência espiritual e cosmológica traduzindo essa vivência em fé e cosmologia. Isso o avô da Carol terena fez com excelência!

Quando o assunto se voltou para a questão dos desafios do povo terena fora do território indígena, Carol disse:

> Ao estar fora da aldeia, o maior desafio foi me respeitar diante dos preconceitos; pois acredito que isso está na mente daqueles que não se reconhece no próximo, onde o problema não sou eu indígena, mas todo um contexto estereotipado de uma sociedade historicamente colonizada. As possibilidades é passar toda essa resistência do ser indígena para as minhas gerações, filhos, netos; como meus ancestrais fizeram comigo através das danças cantos e dos ensinamentos (ENTREVISTA: Carol terena, abril 2025).

Nesse tocante percebemos a questão da invisibilidade do povo terena em espaços reterritorializados e resignificados. O preconceito estrutural é, sem dúvida nenhuma, legado de uma colonização histórica. Isso se torna, na fala de Carol, mais impactante pelo fato de dimensionar não apenas um preconceito simbólico ou efêmero, mas, sobretudo, um preconceito intencional, sugestivo, direcionado.

É muito simbólico e determinante a forma com que Carol fala da ancestralidade. A todo tempo ela traz em sua fala e em sua vivência a força que carrega de seus ancestrais. Isso reflete uma força cosmológica que entendemos como um farol seguido por ela e que não para nela; perpassa a sua geração e seus descendentes. Isso é muito notável ao conviver de perto com os Terena. De fato, eles têm muito essa questão de ligar o ancestral à própria vida. Até mesmo as crianças sempre referenciam seus avós em suas falas e percepções. Isso é identidade, é cultura, é tradição.

E completando sua percepção, ela menciona o território, dizendo:

> Para mim, o sentido de Território tem todo um significado ancestral que permite a resistência de um povo tradicional que respeita a natureza, pois através dela é que o ser humano, a vida na terra existe ao qual o indígena necessita para viver os ensinamentos (ENTREVISTA: Carol terena, abril 2025).

Quanta magnificência tem as palavras dessa terena. O território é algo que está nas entranhas do ser terena, pois é dele que vem a vida, a subsistência e os ensinamentos. E território é essencialmente natureza. Essa descrição de Carol, também reflete diretamente a identidade terena, ao entrelaçar-se a vida com a natureza. Aqui é

possível compreender que território está além de um simples espaço físico, é a vivência do simbólico, das memórias, das experiências, das emoções e da afetividade construída à base de uma ligação cosmológica.

De fato, o processo de desterritorializar-se e reterritorializar-se para o indígena terena é algo impactante. Através das falas dos protagonistas dessa pesquisa é possível entender quão essencial é o território para eles. Sendo assim, o êxodo do território e a construção desse novo espaço é algo desafiador, difícil e sofrido. Reconstruir é sempre um momento de fim e recomeço. É pela memória e afetividade do território de origem que se torna possível ressignificar outro território, e embora, seja um novo espaço, o simbolismo cria novos laços de pertencimento e significado nesse novo território. Falando assim, parece ser algo simples e normal, no entanto, ao acompanhar os relatos desse processo, percebe-se nas narrativas a dor, o sofrimento, a necessidade de ser forte, resiliente e resistente. Essa dimensão é oculta, não aparece na simplicidade de uma área reflorestada, de uma casa típica construída, de um cultivo de roças ou até mesmo nos ritos e cerimônias. É algo que emerge de dentro e que lá dentro fica no silêncio e na experiência de fatos e ocorridos que são internalizados e vivenciados de muitas formas e intensidade. Somente quem vive esse processo, consegue saber e vivenciar essa experiência. É algo que não se explica com palavras e narrativas, e muito menos, se entende através de uma narração ouvida e analisada.

Por isso, registro aqui os semblantes que manifestam emoções; tais como lágrimas escorrendo silenciosas de um olhar perdido no horizonte; risos rasos de canto de boca que revela situações que só o coração entende; olhares fixos ou movediços em direções aleatórias buscando disfarçar a emoção que não cabe no peito; mãos trêmulas e, às vezes, entrelaçadas uma na outra, como quem quer agarrar em algo para se sustentar. Silêncios, silêncios e mais silêncios que gritam em vozes ocultas e sem sons, capaz de serem entendidos somente com a empatia e a cumplicidade. Tenhamos a sabedoria, a humildade e a decência de procurar entender tudo isso, através do que temos de melhor em nós. Não sou digna de analisar ou descrever um só sentimento desses. Fica, então a responsabilidade de cada leitor entender o que esses sentimentos e comportamentos querem dizer.

Esse descrito me fez lembrar uma peculiaridade observada na conversa com o senhor Claudemiro Terena. Ele, em algum momento, disse: a história nunca saberá contar o que passa no coração de um terena. Não é romantismo, pode até ser, poesia; é consciência crítica, é responsabilidade, é ser honesto diante de um fenômeno histórico,

cosmológico. Saberemos entender isso algum dia? Não sei.

A invisibilidade nem sempre aparece no cunho político ou social, estritamente dizendo; mas também na incapacidade da história e do tempo de fazer e refazer leituras claras e conscientes; de pessoas e órgãos saberem revistar com honestidade e comprometimento a vida indígena, em um espaço reterritorializado. Talvez seja esse, o maior dos desafios. Ver no terena do contexto urbano a sua essência cosmológica e tradicional e não apenas um número, um indivíduo universalizado e reformulado ao olhar de uma cultura colonizadora e dominante.

De uma forma bastante objetiva Carol desabafa, com o olhar entristecido, sobre o enfraquecimento da cultura indígena, quando o indígena sofre o processo de desterritorialização. Ela diz: “muitos indígenas que saíram de seu território esconderam sua língua mãe por medo, pelo preconceito pois algumas autoridades não indígenas não aceitavam”.

O relato de Carol evidencia situações de coerção social e de desvalorização das práticas culturais indígenas, especialmente no que se refere ao uso da língua materna em contextos de interação com a sociedade não indígena. A necessidade de ocultar ou restringir o uso da língua, conforme expressa pela interlocutora, pode ser compreendida como uma manifestação de violência simbólica, na medida em que revela mecanismos de hierarquização cultural que atribuem menor legitimidade às expressões linguísticas e identitárias dos povos indígenas. Essas práticas de constrangimento podem produzir efeitos sobre a transmissão intergeracional dos conhecimentos tradicionais, a manutenção dos vínculos de pertencimento e a continuidade das referências culturais e cosmológicas. Nesse sentido, o depoimento permite problematizar como as pressões sociais assimilacionistas podem contribuir para o distanciamento de determinadas práticas ancestrais, sem que isso implique, necessariamente, a perda da identidade étnica Terena.

Penso que “esconderam sua língua” é na verdade, uma atitude cruel de proibir que o indígena mantenha viva a sua cultura. Apesar de que, não se mata uma cultura, quando se proíbe a língua. Na verdade, a cultura/identidade é ocultada, silenciada, diminuída, mas não morta. Por isso esconder é manter, não se desfazer dela, mesmo que isso, com o tempo acabe se transformando em esquecimento. Esconderam para preservar, para proteger, para cuidar, para depois terem de onde revitalizar. Esse ‘esconderam a língua’ traz tanta força e sabedoria, que nos leva a entender que o indígena carrega em si a consciência da grandeza de sua cultura e, quando for possível,

Esse

saberá reapresentá-la, "desesconder". Atualmente, no ambiente escolar, há uma disciplina voltada para a aprendizagem da língua materna e é fácil perceber que os indígenas aprendem com habilidades incríveis sua língua. É o "desesconder" da língua, que nesse território, é aceita, é bonita, é necessária.

A reterritorialização dos indígenas terenas no contexto urbano de Nioaque, não foi um processo fácil para eles. Vieram por diversos motivos e situações e ao se localizarem na cidade, enfrentaram muitos desafios, especialmente voltados a sua invisibilidade como povo indígena e pela exploração do trabalho braçal, tanto os homens quanto as mulheres, que segundo as narrativas, trabalhavam nas fazendas, chácaras e casas de famílias.

> Aqui na cidade de Nioaque não somos fluentes na língua materna Terena, somente alguns anciãos falam em Terena. As pessoas não indígenas desconhecem a realidade do povo Terena e estereotipam a vida dos indígenas, causando preconceito sobre a nossa identidade indígena (ENTREVISTA: Carol Terena, abril, 2025).

Além dos impactos sobre a continuidade e a transmissão de suas práticas culturais, os indígenas Terena que vivem fora dos territórios tradicionalmente reconhecidos enfrentam situações de preconceito étnico, invisibilidade social e deslegitimação cultural. Essas experiências evidenciam mecanismos de exclusão que dificultam o reconhecimento de suas identidades, de seus pertencimentos étnicos e de seus direitos, sobretudo em contextos urbanos nos quais o reconhecimento social da identidade indígena permanece frequentemente associado à permanência em territórios demarcados ou aldeados. Nesse cenário, a ausência de reconhecimento não se limita às relações interpessoais, mas pode repercutir no acesso às políticas públicas e na participação sociopolítica desses sujeitos.

A visibilidade cultural é destinada apenas aos indígenas que vivem no território indígena de Nioaque, composto pelas aldeias Brejão, Água Branca, Taboquinha e Cabeceira. Lá eles conseguem vivenciar de forma reconhecido a sua cultura, expressa nos ritos, nas danças e no artesanato. Há diversas iniciativas e projetos para fomentar e fortalecer a cultura indígena no Território das aldeias, mas não há, até um momento, uma política que incluam os terenas que vivem no contexto urbano.

O processo de desterritorialização implica em diversos desdobramentos, que vão desde a perda do território físico, até o enfraquecimento das múltiplas representações culturais e de identidade dos povos indígenas. Nessa questão, Carol, detentora de uma consciência crítica e politizada, defende a luta pela retomada da terra, como gesto de

exigir o direito ao território, que foi arrancado desde a colonização.

> Há muito tempo através da colonização sofremos com a desterritorialização, a dizimação, o preconceito e a negação dos diferentes estilos de vida dos povos indígenas. Que para mim é uma negação para nós povos indígenas. A solução será na retomada das terras indígenas que garante nossos direitos legais como povos indígenas (ENTREVISTA. Carol Terena, abril, 2025).

No município de Nioaque houve, liderados pelos indígenas, movimentos de retomada de território, no entanto, atualmente não se vê nenhuma mobilização a esse respeito. Como não é o foco dessa pesquisa, não houve uma busca de dados ou análises para saber mais a respeito desse processo.

No contexto urbano de Nioaque, os indígenas terenas que estão nesse novo território, não tem histórico de retomada de terra. Eles vieram para a cidade, conquistaram um espaço físico, seja através da compra de terreno, ou de partilha de familiares que já viviam aqui; se localizaram no ambiente e reconstruíram seu território, dando-lhe identidade e o impregnando da cosmologia indígena.

Retomando a sua trajetória de vida, Carol compartilha um pouco dos desafios que os indígenas terenas enfrentam para estudar, trabalhar e viver em um contexto urbano. Ela narra:

> Desde muito pequena fui influenciada convivendo com meus avós sobre valores e valorizar a nossa cultura, sempre respeitar o próximo amar a vida. Como meus pais não tinham estudos eles dedicaram a me dar o básico de estudos, mas sou uma pessoa que sempre vi nos estudos uma forma de melhorar de vida. Ao chegar a maior idade resolvi fazer faculdade mudando de cidade pela primeira vez, com meus esforços e orações de minha mãe. No entanto parei por causa da maternidade, mas sempre pensando em continuar os estudos. Voltei para Nioaque com meus filhos de colo e o sonho sempre ali comigo, meu pai foi um grande amigo nessa hora, viúvo me ajudou com meus filhos, diante de tantas dificuldades deixava meus filhos emcasa, poucos recursos, retornei estudando na UEMS de Jardim, cotista e bolsista, ia e voltava todos as noites no curso. Foi uma luta! Muitas vezes ouvindo dos colegas que eu não ia conseguir, não tinha recursos tecnológico para fazer os trabalhos; os colegas fechavam grupos entre eles, como me viam e sempre me apresentei como mulher indígena, eles poucos achavam que eu tinha instruções do curso, alguns professores me acharam atrasada. Depois que trouxemos o programa Rede de Saberes para a UEMS de Jardim, nós estudantes indígenas unimos forças, abrimos uma sala de reuniões com computadores e alguns dias de reunião pela semana para conversarmos e trocar experiências; foi como registrar nossa presença e dizer que estamos na luta. Conheci a professora Drª. Adélia[10] que foi minha grande amiga e

[10] A professora Adélia Maria Evangelista Azevedo é docente da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) na unidade de Jardim, com atuação na área de Letras. Ela é graduada em Letras pela UFMS, mestre em Linguística pela UFMS e doutora na área. Atualmente, é professora efetiva da UEMS em Jardim, com regime de trabalho de 40 horas semanais, e também atua como coordenadora de área do Subprojeto de Residência Pedagógica na UEMS/Jardim. Adélia Maria Evangelista Azevedo também participou do projeto de Residência Pedagógica da UEMS/Jardim, que atendeu a Escola Estadual Indígena Angelina Vicente, localizada na Aldeia Brejão, em Nioaque - MS. Este projeto visa a formação de professores e a melhoria da educação em escolas da região.

> orientadora, com ela escrevi no tempo da pandemia, o conto de minha avó Elizia, o conto ancestral "*Avukekovo*" a qual foi tema do meu Trabalho de conclusão de curso. Foi gratificante, os colegas e professores me elogiaram. Venci Graça a Deus! Com tudo gratidão aos meus ancestrais Anapoiake ituko oviti (ENTREVISTA, Carol Terena, abril 2025).

O desafio se agrava quando se trata de uma mulher indígena, que carrega nos ombros responsabilidades mil: filhos, casa, trabalho, estudo... tantas coisas. Mas a resiliência também nasce do agravamento, da teimosia, da certeza, do medo e da coragem. A luta da Carol dentro da Universidade não foi somente para concluir seus estudos acadêmicos, foi também para abrir portas e possibilidades que dignificasse o estudante indígena.

Carol ao narrar sobre a sua vida, destaca que as dificuldades não determinaram sua consciência de mulher indígena, ela sempre olhar para si e para os demais e por isso, buscava articular ações e projetos que melhorassem a vida de outras pessoas indígenas. Ele reconhece que o espaço físico – território, desterritório e reterritório são elementos essenciais para o indígena terena, até porque, é na coletividade que se consolida a cultura e a tradição.

Nesse sentido, ela diz sobre a necessidade de estar presente e preparada para exercer a cidadania participativa em todos os ambientes da sociedade.

Em sua concepção, é o indígena que precisa conquistar espaços nos ambientes predominantemente, não indígena.

> Para manter/preservar a cultura e a tradição em um novo território urbanizado é estar presente em todos os setores da sociedade, com nossas danças, costumes; onde para mim que estive na universidade, marquei com meu jeito de ser Terena e reforço na escola indígena que trabalho, pois acredito que dali eles irão trabalhar e continuar os estudos fora do território com essa missão, pois somos resistência. O elemento mais forte que carrego comigo e me identifico como indígena em um novo território, são meus traços indígena, meu jeito de ser, pensar e agradecer todos os dias ao meu criador pela luta de resistir aquilo que meus ancestrais me propuseram, me preparou até chegar o momento certo de estar com eles novamente (ENTREVISTA: Carol Terena, abril 2025).

A vida da Carol mostra que a essência indígena terena se consolida no cotidiano da vida, uma vida que precisa estar ligada diretamente a ancestralidade de seu povo. O enfraquecimento não vem, segundo ela, apenas pelas mãos dos colonizadores e dominadores, mas pelo distanciamento de suas origens, de sua ancestralidade. Isso é tão verdade, quanto forte. Em sua narrativa, ela elenca os traços indígenas, o pensar, o agradecer o ser como elo de ligação à sua origem, ao que ela define ancestralidade.

Enquanto há essa ligação, pode até haver enfraquecimento, mas não perda. Manter-se ligado aos elementos originários, vivenciando-os no cotidiano da vida é respiro vital da cultura indígena terena. E essa ligação, como sugere Carol, é algo que vem de dentro, da consciência indígena, do pertencimento e da tradição que se entranha no íntimo do ser. Por isso, a reterritorialização pode ser algo extremamente desafiador e doloroso, porém jamais, motivo de negação da própria essência e existência do ser indígena. Carol ensina que a ressignificação dos símbolos e da cultura indígena, pode acontecer em todos os territórios. E esse ressignificar-se a partir da afetividade e da memória cultural e cosmológica é o que dá sentido e identidade indígena terena.

Corroborando com todo o ideário até aqui posto e reafirmando sua fala de resistência em um espaço desterritorializando, Lise, uma senhora que carrega em seu olhar a sensatez de uma voz suave e mansa e em seu posicionamento a sabedoria de quem já entende muita coisa da vida e na vida. Compartilhando um pouco de sua experiência em seu território de origem, ela diz:

> "Eu vivi dentro da aldeia, no município de Nioaque, e ali eu comecei a ver que era tudo diferente. Por quê? A madeira que era própria, né? Própria pra colocar, tinha uma madeira lá chamada Pau Santo. Ela deixava o gosto até na água, né? Então ali ninguém tomava banho, nem pra cima. Porque pra não sujar aquela água, né? Olha só, que sabedoria, né? Então tinha que tomar banho uns 10 metros, né? Pra baixo daquela cacimba, né? Porque aquaela água servia para beber. (Entrevista: Lise, 08/05/2024)

Pela fala de Lise compreendemos a quão próxima da natureza ela é. Sim, uma mulher que conversa a partir do território, da natureza, do espaço, da relação intrínseca entre o terena e a natureza. Em seu novo território ela já construiu uma pequena floresta, onde tem as portas abertas para diferentes espécies de animais e plantas.

A sua trajetória de vida perpassa pela defesa da natureza, de forma muito especial, a água. Esse elemento é vida, como diz Lise: "a água é vida. Sem ela, nada há". Água é o amor do criador pela criatura". E com ênfase, ela conclui que todo mundo precisa cuidar da água. Nos territórios indígenas, precisamos ensinar as crianças a cuidar da água. Essa preocupação de Lise mostra o seu fervor ativista. Uma mulher forte, destemida, feita de sabedoria e de fé.

O viés condutor de suas falas é a análise crítica do antes e depois do processo de desterritorialização e reterritorialização. Não que ela vive no saudosismo e tão pouco, pauta sua vida pelo passado. Ela é uma crítica do desenvolvimento. Aqui entendido, no sentido mais literal da palavra – "des- envolver". Lise analisa com exatidão como era a

água, o território e as relações pessoais no território indígena e como esse processo de desterritorializa-se tem sofrido influência de um sistema colonizador e dominador. Isso fica claro quando ela fala: "*a*qui nesse novo território, as coisas são diferentes. O mundo não indígena não entende o que significa ser indígena. Tudo é feito para usar e jogar fora, inclusive os valores e a natureza. A expressão de Lise tudo é feito para jogar fora, expressa não apenas um pensamento comparativo entre o antes e o agora; mas sobretudo, uma forma peculiar de sentir as transformações ocorridas ao longo do tempo.

Em seu novo território Lise constrói não apenas um espaço físico, mas também simbólico, cheio de memórias e afetividade, que retratam sua essência indígena. Sentada em sua varanda grande, rodeadas de plantas e animais domésticos, ela deleita-se em palavras que ecoam o som da vida. Ela chama atenção dizendo: "olha ali os passarinhos cantando, as folhas balançando, a vida pulsando na natureza. Isso é vida. Isso é felicidade para mim, uma velha e feliz indígena terena"

O salutar da trajetória de Lise não está nas falas que ela emite, mas nos semblantes que ela faz ao recordar experiências vivenciadas ao longo da vida. Em um determinado momento da conversa, ela fixa o olhar no quintal de sua casa, respira fundo e diz: a minha infância teve o amargo sabor da pobreza, mas o doce paladar da felicidade. Diante dessa expressão, indagou-se a ela: "O que isso significa"? a pergunta revelava uma incompreensão frente ao enigmático pensamento de Lise. Ela então, sorriu, serenou a expressão fechada do rosto e docilmente, explicou:

> A minha infância foi muito difícil, era um tempo de grande pobreza no Brasil, e isso respingava, na aldeia. Sim, mesmo plantando e colhendo, passamos dificuldade; mas a vida era tão bela. Nossos ancestrais eram tão fortes (ENTREVISTA com Lise em fevereiro de 2025).

Tal explicação de Lise, ecoava todos os cantos daquele pequeno território. Isso porque, naquele momento sua cosmologia invocou a sagrada ancestralidade. E ela continuou: ainda sinto o cheiro de meus pais, da minha casa. Isso de fato, não é saudosismo, é vida, é a força cosmológica e ancestral do ser terena. Naquele momento, sentia-se um renovar, um resignificar da essência daquela mulher, que cultivava em sua vida, a identidade terena.

E olhando para aquela mulher de poucas palavras, ouvia-se, através de seus semblantes uma longa, sofrida e incrível trajetória de vida. Ela fala com os olhos, com a expressão facial, com os apertos de uma mão sobre a outra, com o entrelaçar das pernas. Todos esses gestos revelam o quão grande é a dimensão de sua vida. Lise, fala de forma tímida, sobre o abandono político que o povo terena vive

na cidade. Em palavras espaçadas entre um olhar e suspiro dolorido, ela diz: “a vida aqui é muito difícil. O terena não é visto como terena, como ‘índio’; mas como qualquer outra pessoa. Não temos uma política de saúde ou de educação voltada para nosso grupo”.

Ao entardecer, em seu território, Lise nos conduz aos fundos do quintal, onde identifica, entre árvores e plantas, elementos que expressam sua relação com a natureza e com o espaço em que vive. Durante esse percurso, revela uma compreensão de território que ultrapassa os limites físicos da terra e incorpora a preservação da vida, a convivência entre os seres e a continuidade dos vínculos culturais. Em voz baixa, procurando não perturbar os animais, afirma: “Isso aqui é território. Tudo que tem vida, é território. Onde a vida não é destruída é território. É terra de ‘índio’ ”.

A fala de Lise apresenta uma concepção de território fundamentada na interdependência entre a vida, a natureza e as relações estabelecidas com o espaço. Sua interpretação não se restringe à dimensão geográfica ou à delimitação jurídica da terra, mas abrange também os princípios de cuidado, respeito e preservação que orientam sua experiência territorial. Nessa perspectiva, o território adquire um significado que articula as dimensões material, simbólica e cultural, constituindo-se como espaço de existência e de reprodução de modos de vida.

O aspecto mais significativo de seu relato reside na associação direta entre território e preservação da vida. Para Lise, a natureza não representa apenas um conjunto de recursos disponíveis, mas uma dimensão constitutiva de sua relação com o mundo. Árvores, plantas e animais integram um ambiente ao qual atribui valor e pertencimento. Essa compreensão evidencia que sua percepção territorial está vinculada a uma ética de convivência com os demais seres vivos, na qual a integridade do espaço depende também das formas de interação estabelecidas com ele.

Desse modo, a narrativa de Lise contribui para ampliar a compreensão de território a partir de uma perspectiva indígena, na qual a terra não se limita à propriedade ou à ocupação física, mas se relaciona à continuidade da vida, à identidade étnica e aos vínculos construídos com a natureza. Seu testemunho expressa, portanto, uma dimensão sensível e política do pertencimento Terena, evidenciando que a relação com o território pode permanecer significativa mesmo quando se manifesta em espaços distintos daqueles formalmente reconhecidos como terras indígenas.

Ao final da conversa, que foi carrega de emoções e memórias, Lise diz: “Poderia dizer que tenho medo de um dia, não existir mais terena; mas isso é impossível,

enquanto houver mundo, haverá terena, porque o terena não morre, o seu corpo mistura com a terra, com a mata, com água"

Foi aqui que encontramos muitas respostas, especialmente uma das que norteiam essa pesquisa: Quem é o terena e como ele se expressa no mundo de ontem e de hoje? O simbolismo da fala de Lise apresenta um terena que vive, que se transforma e se mistura. Mistura-se com os elementos da natureza, com a essência da vida, com o sentido da existência. O povo terena se enxerga como extensão da natureza e por isso, se torna natureza, quando morre.

Lise nos faz entender que a morte é apenas um processo metamórfico, da qual o ser humano inevitavelmente precisa atravessar. Não é o fim, é o recomeço, em uma nova dimensão.

Por fim, ela nos ensina que a vida é sublime, em todas as suas fases e em todas as suas expressões e materializações. E é bonito perceber como ela se coloca em defesa da vida. O seu território é um espaço de vida, do começo ao fim, da materialização ao simbolismo, do significado originário á ressignificação cosmológica e ancestral.

Ao concluir as conversas com esses terenas, sujeitos da pesquisa, pode-se perceber a riqueza de suas narrativas. Sem termos etimológicos refinados ou contemporâneos, suas trajetórias de vida são marcadas pela simplicidade, pela consciência de si e de seu mundo, pela compreensão do seu tempo e de sua história, pelo jeito singular de expressar-se por palavras, atos e gestos. São narrativas que leva a uma interlocução atemporal; permitindo refletir sobre tempos distintos e períodos diversos e variados. É pela vida dessas pessoas, que se pode traçar um ideário do que significa ser terena hoje, no chão de Nioaque.

As histórias de vida aqui narradas, levam-nos a construção de um pensamento sustentado por três narrativas. A primeira, uma narrativa histórica, contada a partir de vivências, memórias e percepções afetivas e simbólicas.

A segunda, uma narrativa territorial, onde define-se o território e seus diferentes entendimentos, em uma perspectiva de território de origem, desterritorialização e reterritorialização; e como esse processo se consolida através de construções, simbolismos e ressignificações de si e de seu espaço.

E a terceira, uma narrativa crítica, que aponta os desafios e a invisibilidade do povo terena, em seu espaço reterritorializado e urbano.

As três dimensões exigem uma análise criteriosa e honesta sobre o que revela a

vida do povo terena no espaço urbano e reterritorializado de Nioaque.

Nas entrelinhas de suas narrativas se evidencia muito mais que histórias de vidas, marcadas por lutas, resistências e resiliências. Essas narrativas mostram também a invisibilidade desse povo no cenário social, educacional e econômico do município de Nioaque. Isso porque, dentro do contexto social, os terenas no espaço urbano, não são reconhecidos como um povo tradicional; o plano educacional não oferece, fora das aldeias, uma educação voltada para suas origens, tradições ou língua; e sua condição econômica, baseia-se apenas em trabalhos informais ou em fazendas, deixando-os reféns de assistencialismo econômico e social.

Embora todas essas três dimensões são extremamente importante e justa de análise e discussões; essa pesquisa se limita a discorrer, no terceiro capítulo, os fatores que implicam na invisibilidade do povo terena e as possibilidades de fortalecimento de sua cultura e tradição em um espaço urbano e reterritorializado.

Embora as falas narradas não explicitam a violência sofrida no contexto urbano, infelizmente, ainda prevalece na sociedade não indígena um julgamento estereotipado contra o indígena, como mencionam os autores Rangel et al, ao dizerem:

> Ofensas relativas à etnia, comentários pejorativos associando as populações indígenas á sujeira, alcoolismo, incapacidade e selvageria, surgem como manifestações claras de intolerância... as situações discriminatórias são vivenciadas em espaços diversos (Rangel, et al, 2013. p. 119)

Esse estereotipo relacional é muito comum acontecer com os terenas, no contexto urbano de Nioaque, principalmente, no ambiente de trabalho, com homens e mulheres e no ambiente escolar, com as crianças.

O pesquisador José Ubiratan Sompré (2014) relata em sua pesquisa que o indígena sofre vários tipos de violência no contexto urbano, vivendo a margem da proteção e cuidado institucional. Sobre isso, o autor diz:

> A não aceitação da presença indígena na cidade se materializa em preconceito, discriminação e negação de direitos, o que configura violência e perpetua o descaso no que se refere tanto às demandas sociais quanto jurídicas. Tratado como estrangeiro em seus próprios territórios tradicionais, invadidos e usurpados por meio de processos históricos de violência física e simbólica (Sompré, 2014, p. 58)

O trecho citado por Sompré (2014) sintetiza a problemática da invisibilidade e da exclusão do indígena no contexto urbano. A análise destaca três pontos fundamentais

sobre a realidade atual, sendo:

A relação entre identidade indígena e territorialidade constitui uma dimensão fundamental para compreender a presença dos povos originários nos espaços urbanos. A representação da cidade como um ambiente essencialmente não indígena pode contribuir para a reprodução de concepções que associam a autenticidade étnica à permanência exclusiva em territórios tradicionalmente ocupados ou oficialmente demarcados. Essa perspectiva desconsidera a diversidade das experiências territoriais indígenas e os processos históricos de deslocamento, permanência e reconstrução de vínculos identitários. Nesse sentido, Haesbaert (2004), ao discutir os processos de desterritorialização e reterritorialização, oferece subsídios teóricos para analisar as relações entre território, pertencimento e produção de novas territorialidades.

A dimensão empírica desse fenômeno pode ser contextualizada pelos resultados do Censo Demográfico de 2022. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 914.746 pessoas indígenas residiam em áreas urbanas, correspondendo a 53,97% da população indígena brasileira. No mesmo levantamento, Mato Grosso do Sul contabilizou 116.469 pessoas indígenas, constituindo a terceira maior população indígena entre as unidades da Federação (IBGE, 2022). Esses números demonstram que a presença indígena em contextos urbanos não constitui uma realidade excepcional, mas uma dimensão relevante da configuração demográfica contemporânea dos povos originários.

Nesse contexto, a expressão “indígena estrangeiro” pode ser empregada como categoria interpretativa para problematizar o paradoxo de pessoas indígenas que, embora pertençam a povos originários do território brasileiro, podem ser socialmente percebidas como externas aos espaços urbanos em que vivem. Essa expressão não deve ser entendida como uma categoria jurídica, mas como recurso analítico para examinar os mecanismos de exclusão e de questionamento do pertencimento étnico. Sua aplicação à realidade dos Terena residentes em Nioaque/MS deve ser sustentada pelas narrativas dos interlocutores e por evidências que permitam identificar como tais percepções se manifestam nas relações sociais e institucionais.

A discussão sobre o reconhecimento dos direitos indígenas também encontra fundamento no artigo 231 da Constituição Federal de 1988, que reconhece a organização social, os costumes, as línguas, as crenças, as tradições e os direitos originários dos povos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Embora o dispositivo constitucional trate expressamente desses direitos territoriais e culturais, a

análise da garantia de serviços públicos deve considerar, adicionalmente, a legislação específica aplicável a cada política pública. Assim, a residência em contexto urbano não deve ser tomada, por si só, como prova de perda da identidade indígena; eventuais restrições de acesso a direitos precisam ser examinadas à luz das normas pertinentes e das situações concretamente documentadas.

Por sua vez, a violência simbólica, conceito desenvolvido por Bourdieu (1989), permite analisar formas de dominação que se reproduzem por meio de classificações sociais, representações e práticas cotidianas que legitimam hierarquias e desvalorizam determinados grupos. No contexto desta pesquisa, esse referencial pode contribuir para interpretar situações em que a identidade Terena seja questionada, invisibilizada ou condicionada a expectativas externas sobre a aparência, os costumes ou o local de residência dos sujeitos. Entretanto, a caracterização dessas situações como violência simbólica deve decorrer da articulação entre o referencial teórico e as evidências produzidas no trabalho de campo, especialmente as narrativas dos participantes.

Desse modo, a análise da identidade e da territorialidade dos Terena residentes em Nioaque/MS exige superar a compreensão de que o pertencimento étnico depende exclusivamente da permanência física em uma terra indígena demarcada. A articulação entre os dados demográficos, os dispositivos legais, a discussão teórica e as trajetórias de vida dos interlocutores permite investigar como a identidade étnica se mantém, se transforma e se afirmam em contextos urbanos, bem como identificar possíveis experiências de invisibilidade e discriminação relatadas pelos participantes.

Essa reflexão é essencial para o debate sobre Direitos Humanos e para a implementação de políticas públicas que reconheçam a plurinacionalidade e o direito à cidade para os povos originários.

CAPÍTULO 3: Análise das Entrevistas: Narrativas, Sentidos e Invisibilidade.

O percurso feito até aqui, trouxe narrativas e percepções vivenciadas pelo indígenas terena que vivem no contexto urbano do município de Nioaque, e traduzem em falas, gestos, simbolismo e silêncios a realidade de um povo que experimenta a invisibilidade nas políticas públicas e na conjuntura sociopolítica, em uma sociedade que não enxerga o indígena, em sua totalidade como indígena, por estar em um território não demarcado.

A análise das entrevistas evidencia que as narrativas produzidas pelos participantes ultrapassam a simples descrição de experiências individuais, constituindo-se como espaços de produção de sentidos socialmente situados. Ao narrar suas trajetórias, os sujeitos articulam vivências pessoais com estruturas sociais mais amplas, revelando tensões entre reconhecimento, silenciamento e invisibilidade.

As narrativas apresentam-se como construções simbólicas por meio das quais os entrevistados organizam suas experiências, atribuindo significado aos acontecimentos vividos. Observa-se que esses relatos não seguem uma linearidade estrita, mas são marcados por rupturas, repetições e ênfases que indicam aquilo que é percebido como relevante ou sensível.

Tais elementos narrativos funcionam como pistas analíticas para compreender os modos como os sujeitos interpretam suas próprias posições no mundo social.

No que se refere à produção de sentidos, as entrevistas revelam processos ambíguos de afirmação e negação. Em diversos momentos, os participantes reconhecem situações de exclusão, desigualdade ou desvalorização, mas tendem a naturalizá-las ou minimizá-las em seus discursos. Esse movimento sugere a internalização de normas e expectativas sociais que contribuem para a manutenção de determinadas formas de invisibilidade. Assim, o silêncio, a hesitação ou a dificuldade de nomear determinadas experiências tornam-se tão significativos quanto os relatos explicitamente verbalizados.

A invisibilidade emerge como um eixo central da análise, manifestando-se tanto na ausência de reconhecimento institucional quanto na falta de legitimidade atribuída às experiências narradas. Em muitos casos, os sujeitos relatam sentir que suas vozes não são ouvidas ou que suas vivências não são consideradas relevantes nos espaços sociais que ocupam. Essa invisibilidade não se dá apenas pela exclusão direta, mas também por mecanismos sutis, como a desqualificação simbólica, a indiferença ou a normalização do sofrimento.

Nesse sentido, o olhar analítico das entrevistas permite compreender que as narrativas não somente refletem a realidade social, como ainda revelam os modos pelos quais os sujeitos negociam sentidos, constroem identidades e lidam com processos de invisibilização. Ao oportunizar lugar de fala aos participantes, esta análise contribui para tornar visíveis as experiências que, frequentemente, permanecem à margem dos discursos hegemônicos.

Para constatar mais profundamente as narrativas dos participantes, buscou-se um diálogo institucional realizado, através de uma pesquisa dialogal com a Coordenadora Responsável Técnica da Saúde Indígena de Nioaque – MS, senhora Rose Gamarra, que é enfermeira e atua na Gestão em Saúde = AGSUS no município de Nioaque.

Ao explicar o que é a AGSUS – A Gestão em Saúde, ela descreveu-a como uma instituição que executa a gestão de profissionais da Saúde Indígena em parceria com o Ministério da Saúde, por meio da SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena, dentro do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASI-SUS). O Polo Base de Nioaque tem como finalidade organizar, coordenar e ofertar ações de saúde nas aldeias, garantindo atendimento contínuo, humanizado e culturalmente adequado às populações Terena e Atikum, que se encontram em território homologado e pertencente à União. A SESAI atua na Atenção Primária, vigilância epidemiológica, vacinação, acompanhamento familiar e promoção de saúde.

Sobre os indígenas que vivem no contexto urbano do município de Nioaque, a coordenadora disse:

> Os indígenas Terena, Atikum ou outra etnia que vivem fora das aldeias (desaldeados) são reconhecidos como povos originários legítimos, porém o atendimento da SESAI é legalmente restrito à atenção primária em terras demarcadas e pertencentes à União. Os desaldeados são orientados a buscar atendimento na rede municipal de saúde, sendo de responsabilidade do município e Estado, mantendo suas especificidades e vínculo cultural e comunitário com o território (Rose Gamarra, coordenadora AGSUS/Nioaque/MS, entrevistada em dezembro de 2025).

A coordenadora Rose Gamarra enfatiza que os indígenas em contexto urbano (desaldeados) mantêm sua legitimidade étnica, contudo, enfrentam restrições normativas quanto ao acesso direto ao Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS). Devido ao marco legal que restringe a competência da SESAI às terras indígenas homologadas, a responsabilidade pela assistência em saúde recai sobre as secretarias municipais e estaduais de saúde. De acordo com informações coletadas junto à coordenação da AGSUS em Nioaque/MS, a orientação técnica vigente pressupõe

que o atendimento na rede urbana considere a identidade cultural e o nexo territorial do paciente, assegurando o direito à saúde de forma diferenciada e sensível às particularidades étnicas.

No entanto, os indígenas terena e de outras etnias que residem em contextos urbanos tem seus direitos titulares garantidos e reconhecidos, inclusive no que se refere ao acessso à saude, de acordo com as normas de organização e funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) eo do Subsistema de Atenção à saude indígena (SasiSUS). Segundo a Portaria GM/MS nº 7.895/2025 os indigenas que vivem ou não em terras homologadas tem garantia nos benefícios da Política Nacional de Altenção à dos povos indígenas, porém a norma não define expressamente, em seu artigo 1º - A, a situação de todos os indígenas que residem em áreas urbanas. Nesse contexto, a organização territorial dos serviços de saúde indígena deve ser distinguida do reconhecimento dos direitos dessa população. Os indígenas que vivem fora das aldeias podem acessar a rede geral do SUS, sem prejuízo da necessidade de articulação institucional para assegurar o respeito às suas especificidades socioculturais, históricas e comunitárias. Conforme relato de Rose Gamarra, coordenadora da AGSUS em Nioaque/MS, em entrevista realizada em dezembro de 2025, os indígenas residentes fora das aldeias são orientados a procurar a rede municipal de saúde. Esse depoimento constitui uma informação relevante sobre as orientações institucionais locais, mas deve ser analisado à luz das normas federais e das responsabilidades compartilhadas entre os diferentes níveis de gestão do SUS[11].

Sendo assim, eles são orientados e encaminhados para o atendimento regular ofertado pelo município, em conformidade com as normativas do Sistema Único de Saúde (SUS). A Saúde Indígena presta exclusivamente atenção básica à saúde dos indígenas aldeados que residem em aldeias localizadas em territórios homologados e pertencentes à União.

A pesquisa limitou-se, em razão de restrições temporais, à análise do aspecto da saúde pública dos indígenas desaldeados. Contudo, poderia também abranger a

[11] A Portaria GM/MS nº 7.895, de 7 de agosto de 2025, alterou a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, estabelecendo como beneficiários os indígenas residentes em terras indígenas homologadas e não homologadas. A norma, contudo, não esclarece expressamente, em seu artigo 1º-A, a abrangência do atendimento aos indígenas residentes em áreas urbanas fora desses territórios. Essa delimitação deve ser interpretada em conjunto com as diretrizes do SasiSUS, o princípio da universalidade do SUS e as orientações institucionais relativas ao acesso dos indígenas à rede pública de saúde.

investigação da situação da educação escolar. No que se refere a esse aspecto, observa-se a inexistência, na grade curricular, de uma educação voltada especificamente ao ensino da língua materna indígena.

O que se verifica, na prática, é apenas o cumprimento da legislação que torna obrigatório o ensino da cultura afrodescendente e das temáticas indígenas, o qual, na maioria das vezes, restringe-se a atividades pontuais vinculadas a comemorações culturais indígenas.

Em uma das narrativas retratadas nessa tese, a participante fala sobre sua trajetória de vida, deixando claro as vivencias e percepções do povo terena que precisou construir um novo território. Ela retrata que o processo de desaldeamento foi forçado para a cidade, motivada pela falta de acesso à educação.

A ausência de continuidade escolar na aldeia Brejão, por exemplo, naquela época limitava apenas à primeira série ou ao quarto ano e revelando uma desigualdade estrutural histórica, comum em contextos rurais e indígenas, em que o direito à educação é parcial e insuficiente. Assim, a mudança para a cidade não surge como escolha, mas como necessidade imposta pelas condições sociais.

Outro fator relevante apontando pela participante é a menção ao cultivo do arroz, que destaca a relação de subsistência e pertencimento ao território, interrompida pelo deslocamento. Esse contraste entre a vida produtiva na aldeia e a exigência de adaptação à cidade sugere perdas simbólicas e enfraquecimentos culturais.

Ao analisar as narrativas é possível perceber que em sua grande maioria, há um sentimento afetivo com a infância vivida no território original, e embora há um pertencimento ao novo território, os entrevistados permitem entender, o impacto da ruptura no processo de desterritoritorialização e reterritorialização, como é possível constatar na narrativa da Carol terena.

A sua trajetória de vida retrata uma infância marcada pela convivência familiar, pela memória afetiva e pela forte presença da espiritualidade e dos saberes tradicionais do povo Terena. A narrativa evidencia que a infância da participante não foi apenas um período de crescimento individual, mas um processo coletivo, construído no seio da família extensa, especialmente na relação com os avós, que ocupam papel central como transmissores de conhecimento, valores e identidade cultural.

A presença constante das festas religiosas e familiares casamentos, aniversários, Natal e a festa de Santo Antônio revela a importância da coletividade e da celebração como formas de fortalecer os laços sociais. Embora o calendário seguido seja o cristão,

as narrativas deixam claro que essas práticas são vivenciadas no jeito Terena, mostrando o processo de ressignificação cultural, no qual a religiosidade cristã se articula aos saberes e crenças indígenas, sem apagá-los.

Os avós aparecem como figuras de autoridade espiritual e de cuidado. O avô, rezador, e a avó, parteira e rezadeira, representam o conhecimento tradicional transmitido oralmente, especialmente no uso de remédios caseiros, banhos de ervas e rituais ligados à natureza. A referência ao respeito na quaresma e ao cuidado ao colher raízes demonstra uma relação ética e espiritual com o ambiente, mediada pela crença no *ituko oviti* (criador), reforçando a visão indígena de equilíbrio entre ser humano, natureza e espiritualidade.

Além disso, as narrativas destacam a oralidade como elemento fundamental da cultura Terena. As histórias contadas pelas avós não apenas entretêm, mas educam, orientam e inspiram. Elas funcionam como instrumentos de preservação da memória coletiva e da identidade cultural, mostrando que o conhecimento não está apenas nos livros, mas na experiência vivida e compartilhada entre gerações.

Nesse sentido, as narrativas são marcadas por um tom afetivo e de gratidão, revelando que essas vivências foram fundamentais para a formação pessoal e cultural do povo terena. Ao afirmar que as avós são sua inspiração, como é o caso da narrativa da Carol terena, reforça a importância da ancestralidade e do reconhecimento dos mais velhos como pilares da identidade indígena e da continuidade cultural.

A análise das entrevistas evidencia uma problemática sociohistórica marcada pela ruptura forçada entre povo indígena, território e modos tradicionais de existência. A presença de indígenas Terena em áreas urbanas de Nioaque/MS não pode ser compreendida como resultado de uma escolha voluntária, mas como consequência de um longo processo de expropriação territorial, avanço do agronegócio, conflitos fundiários e insuficiência de políticas públicas voltadas à garantia de direitos indígenas. O deslocamento para o espaço urbano representa, portanto, uma estratégia de sobrevivência diante da precarização das condições de vida nos territórios tradicionais.

A trajetória de vida dos indígenas Terena desaldeados revela experiências atravessadas por múltiplas formas de vulnerabilidade social, econômica e cultural. No ambiente urbano, esses sujeitos enfrentam dificuldades de acesso à moradia digna, trabalho, saúde e educação, além de barreiras simbólicas que reforçam estigmas e preconceitos.

A urbanização compulsória provoca profundas transformações nas relações

comunitárias, nas práticas culturais e na transmissão de saberes tradicionais, impactando diretamente a identidade coletiva do povo Terena. Ainda assim, observa-se a permanência de estratégias de resistência e ressignificação cultural, por meio da manutenção de vínculos familiares, práticas rituais e reafirmação identitária, mesmo em contextos adversos, como é o caso dos terenas que vivem no contexto urbano de Nioaque.

O conceito de território, nesse contexto, vai além da noção física de espaço e se vincula à dimensão simbólica, histórica e espiritual do povo Terena. A desterritorialização imposta rompe com essa relação ancestral, provocando sentimento de perda e/ou enfraquecimento, desenraizamento e descontinuidade cultural. No espaço urbano, a ausência de políticas que reconheçam as especificidades indígenas, como relata a coordenadora responsável técnica Rose Gamarra, contribui para a negação do direito ao território e para a reprodução de desigualdades estruturais. Assim, o território urbano, embora habitado, não é plenamente reconhecido como espaço legítimo de pertencimento indígena.

O processo de invisibilidade social emerge como um dos principais efeitos dessa dinâmica. O indígena Terena em contexto urbano frequentemente deixa de ser reconhecido como sujeitos de direitos específicos, sendo enquadrados em categorias genéricas da população pobre urbana. Essa invisibilização se manifesta tanto nas políticas públicas quanto no imaginário social, que tende a associar a identidade indígena exclusivamente ao espaço rural ou às aldeias. Desse modo, a discussão proposta sintetiza uma análise crítica sobre as contradições da presença indígena na cidade, evidenciando a necessidade de reconhecimento, inclusão e valorização das trajetórias de vida dos Terenas como parte constitutiva da história e da realidade social de Nioaque/MS.

A educação é ferramenta central para o empoderamento da população indígena no meio urbano. Programas de educação intercultural, que valorizem a língua, os saberes e as práticas culturais Terena, poderiam ser integrados à rede municipal de ensino. Além disso, políticas de bolsas, transporte escolar e formação continuada de professores sensibilizados para a diversidade cultural são essenciais para reduzir a exclusão social e promover equidade educacional para os indígenas terenas que estão em um novo território urbanizado, como é o caso dos terenas de Nioaque. Embora a educação escolar indígena, no município de Nioaque desenvolve uma política educacional específica para essa população, os indígenas que estão no contexto urbano,

não tem acesso à mesma, já que frequentam a escola urbana, onde a grade curricular atende outra modalidade escolar, diferente da indígena.

A reterritorialização urbana expõe a população Terena no município de Nioaque a desafios sanitários, social, educacional e econômico, pois estão à margem de uma política indígena especializada. E mesmo sendo, todos esses setores desafiadores, a questão da saúde é apontada como a mais preocupante e urgente. A integração de agentes de saúde indígenas nos serviços municipais, para atender essa população específica, seria uma forma de contribuir para a efetividade das políticas de saúde indígena e para a valorização de saberes tradicionais; no entanto, esse serviço é prestado de forma generalizada com a população não indígena, por agentes de saúde, também não indígena.

Políticas culturais e programas de valorização da identidade Terena também são fundamentais para fortalecer a presença simbólica da população no espaço urbano. Incentivar a realização de festivais, oficinas de artesanato, grupos de dança e atividades comunitárias possibilita a manutenção de laços culturais e sociais. Esses eventos acontecem, mas somente dentro do território demarcado, ficando a população terena da cidade, fora desses projetos e ações. A criação de conselhos municipais de representação indígena garante participação política efetiva e contribui para o desenvolvimento de políticas públicas mais sensíveis às demandas da comunidade. Essa ação seria outra estratégia de fortalecimento cultural para os terenas reterritorializados em Nioaque.

A inserção econômica da população Terena que vive no contexto urbano de Nioaque requer políticas de capacitação profissional, estímulo ao empreendedorismo indígena e fomento a projetos de economia solidária. O apoio a cooperativas e iniciativas de produção local fortalece a autonomia econômica e reduz vulnerabilidades decorrentes da marginalização urbana.

A reterritorialização da população Terena no contexto urbano de Nioaque demanda políticas públicas integradas, interculturais e participativas, que considerem a especificidade cultural e social dessa comunidade. Habitação, educação, saúde, cultura e economia são áreas estratégicas para a promoção da inclusão social e para o fortalecimento da identidade indígena na cidade. A efetividade dessas políticas depende da participação ativa da própria comunidade Terena, de planejamento municipal sensível à diversidade cultural e da articulação entre diferentes níveis de governo.

Por fim, a análise das entrevistas revelou a complexidade presente nas

experiências individuais, evidenciando como as narrativas constituem sentidos que vão além do que é explicitamente dito. Ao considerar tanto o conteúdo quanto as lacunas, foi possível perceber dimensões de invisibilidade aquelas experiências, emoções ou contextos que permanecem silenciosos ou marginalizados na fala dos entrevistados. Esses elementos silenciosos, muitas vezes, são tão reveladores quanto os relatos explícitos, pois indicam estruturas sociais, relações de poder e questões subjetivas que moldam a vida das pessoas de forma sutil. Assim, a investigação das entrevistas não apenas capturou histórias individuais, mas também permitiu refletir sobre as dinâmicas de visibilidade e invisibilidade que atravessam as narrativas, destacando a importância de uma escuta atenta e crítica para compreender os múltiplos sentidos presentes nas experiências humanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A se propôs analisar a realidade dos indígenas Terena que vivem em contexto urbano no município de Nioaque, Mato Grosso do Sul, com ênfase em suas trajetórias de vida, nos processos de desterritorialização e reterritorialização, na manutenção da identidade étnica e nos desafios relacionados ao reconhecimento social, cultural e institucional. A articulação entre a revisão bibliográfica e a análise das narrativas dos participantes permitiu compreender que a experiência indígena no espaço urbano constitui um fenômeno complexo, atravessado por fatores históricos, territoriais, econômicos, sociais e culturais, cujos efeitos se manifestam de maneira singular nas trajetórias individuais e familiares.

Os resultados evidenciam que a presença dos indígenas Terena na cidade não pode ser compreendida exclusivamente como consequência de decisões individuais ou como resultado de uma busca espontânea por melhores condições de vida. Embora o acesso ao trabalho, à educação e a outras oportunidades tenha sido identificado como fator relevante nos percursos analisados, os deslocamentos também precisam ser compreendidos à luz dos processos históricos de expropriação territorial, das transformações nas formas de organização social e das desigualdades que condicionam as possibilidades de permanência nos territórios de origem. Desse modo, a mobilidade entre aldeia e cidade não constitui uma experiência homogênea, pois envolve diferentes motivações, circunstâncias e consequências para os sujeitos que a vivenciam.

No que se refere à desterritorialização, a investigação demonstrou a importância de superar uma compreensão restrita ao afastamento geográfico do território tradicional. As narrativas analisadas indicam que o deslocamento pode produzir alterações nos vínculos familiares e comunitários, nas formas de transmissão dos conhecimentos ancestrais e nas possibilidades de participação nas práticas culturais coletivas. Tais transformações, entretanto, não ocorrem de maneira uniforme nem implicam, necessariamente, o rompimento definitivo com o povo de origem. A intensidade e os efeitos desses processos dependem das experiências vividas, das relações estabelecidas e das condições disponíveis para a continuidade dos vínculos socioculturais.

A análise também permitiu compreender que a reterritorialização constitui uma dimensão fundamental das experiências dos Terena em contexto urbano. A cidade, embora marcada por relações sociais e institucionais que nem sempre reconhecem as especificidades indígenas, pode ser apropriada e ressignificada como espaço de

moradia, convivência, produção de sentidos e afirmação identitária. Nesse processo, as relações de parentesco, a memória coletiva, os conhecimentos tradicionais e os vínculos com a natureza assumem importância na elaboração de novas formas de pertencimento. A reterritorialização, portanto, não significa necessariamente a substituição do território de origem por outro em condições equivalentes, mas a construção de relações materiais e simbólicas que possibilitam a continuidade da vida em um contexto territorial distinto.

No campo da identidade étnica, os resultados reforçam que a condição indígena não pode ser definida exclusivamente pela residência em aldeias ou pela permanência em territórios oficialmente demarcados. As narrativas dos participantes evidenciam que o pertencimento Terena se relaciona à ancestralidade, à memória, às relações familiares, às experiências compartilhadas e às formas pelas quais os sujeitos se reconhecem e são reconhecidos como integrantes de seu povo. Ao mesmo tempo, a pesquisa identificou situações de distanciamento em relação a determinadas práticas culturais e conhecimentos tradicionais, indicando que a continuidade identitária não elimina os efeitos das mudanças territoriais, das desigualdades sociais e das experiências de discriminação.

Essa constatação permite estabelecer uma distinção fundamental: a permanência da identidade étnica não significa ausência de transformações culturais, assim como as transformações nas práticas cotidianas não representam, por si mesmas, a perda da identidade indígena. A identidade Terena deve ser compreendida como um processo histórico, relacional e dinâmico, constituído por permanências, mudanças, tensões e ressignificações. Sob essa perspectiva, o desaldeamento não pode ser interpretado automaticamente como sinônimo de aculturação, uma vez que o afastamento físico da aldeia não determina, isoladamente, o rompimento com a ancestralidade ou com o pertencimento étnico.

Outro resultado relevante refere-se à invisibilidade social e institucional vivenciada pelos indígenas Terena em contexto urbano. A análise das experiências relatadas aponta para dificuldades relacionadas ao reconhecimento de suas especificidades culturais e à consideração de suas demandas nos processos de formulação e implementação de políticas públicas. Quando o reconhecimento da condição indígena é associado, de maneira restritiva, à residência em territórios oficialmente demarcados, corre-se o risco de desconsiderar sujeitos que continuam se identificando como indígenas, embora vivam fora desses espaços. Essa situação evidencia uma tensão entre a diversidade das experiências territoriais indígenas e os

mecanismos institucionais utilizados para identificar e atender suas necessidades.

A invisibilidade identificada na pesquisa não se limita, portanto, à ausência de reconhecimento público da presença indígena na cidade. Ela também se manifesta na desvalorização de conhecimentos tradicionais, na persistência de estereótipos sobre o que significa ser indígena e na insuficiente consideração das particularidades dessa população nos serviços e nas políticas públicas. As narrativas analisadas contribuem para evidenciar como o preconceito e as expectativas sociais baseadas em representações idealizadas da identidade indígena podem restringir o reconhecimento dos Terena que vivem em espaços urbanos. A exigência implícita de que o indígena corresponda a determinados padrões de aparência, comportamento, língua ou localização territorial desconsidera a historicidade e a diversidade das formas de existência dos povos originários.

Diante desse cenário, a pesquisa aponta para a necessidade de fortalecer políticas públicas que reconheçam os indígenas em contexto urbano como sujeitos de direitos, considerando suas especificidades étnicas, culturais, sociais e territoriais. Essa perspectiva requer a articulação entre os diferentes níveis de governo e as áreas de saúde, educação, assistência social, cultura, habitação e geração de renda, de modo a ampliar o acesso aos serviços e a enfrentar situações de discriminação e desproteção institucional. Requer, igualmente, mecanismos de participação efetiva dos próprios indígenas na identificação de demandas, no planejamento das ações e na avaliação dos resultados das políticas implementadas.

No âmbito municipal, mostra-se relevante ampliar o conhecimento sobre a realidade dos Terena residentes na cidade, promover ações de valorização da história e da cultura indígena e fortalecer iniciativas de diálogo entre o poder público, as comunidades e suas formas de representação. Na educação, essa perspectiva implica desenvolver práticas pedagógicas que reconheçam a presença indígena na formação histórica e cultural de Nioaque, enfrentem estereótipos e contribuam para a valorização das identidades dos estudantes. Na saúde e na assistência social, torna-se necessário considerar as particularidades socioculturais dos usuários e fortalecer a articulação institucional, respeitando as competências legais de cada esfera de governo. Tais medidas não devem ser compreendidas como concessões, mas como caminhos para a efetivação dos direitos e para o enfrentamento das desigualdades que afetam os povos indígenas em diferentes contextos territoriais.

A contribuição científica deste estudo reside, sobretudo, na aproximação entre as

discussões teóricas sobre território, identidade e pertencimento e as experiências concretas dos indígenas Terena que vivem em contexto urbano no município de Nioaque. Ao atribuir centralidade às narrativas de trajetória de vida, a investigação possibilitou reconhecer os participantes como sujeitos produtores de conhecimento sobre suas próprias experiências, deslocando o olhar de interpretações externas e generalizantes para a compreensão dos sentidos que atribuem às suas trajetórias. As narrativas demonstraram que as experiências de deslocamento não podem ser reduzidas a categorias homogêneas, pois expressam diferentes formas de relação com a ancestralidade, com o território de origem e com os espaços de vida constituídos na cidade.

Além disso, a pesquisa contribui para problematizar a oposição entre aldeia e cidade como se esses espaços correspondessem, necessariamente, a universos culturais incompatíveis. A realidade investigada demonstra a importância de compreender as territorialidades indígenas a partir das relações sociais, da memória, dos vínculos afetivos e das práticas culturais que podem ultrapassar os limites físicos dos territórios demarcados. Essa abordagem não diminui a importância da terra tradicional nem substitui a luta pela demarcação e proteção dos territórios indígenas. Ao contrário, permite reconhecer que o direito ao território tradicional e o reconhecimento dos indígenas que vivem em áreas urbanas constituem questões distintas, porém complementares, no enfrentamento das desigualdades e na garantia dos direitos dos povos originários.

É necessário, contudo, reconhecer os limites desta investigação. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, situada no município de Nioaque e fundamentada em trajetórias de vida específicas, seus resultados não podem ser generalizados para a totalidade do povo Terena ou para todos os indígenas que vivem em contextos urbanos. As experiências analisadas permitem compreender dimensões relevantes do fenômeno investigado, mas também evidenciam a necessidade de novos estudos que contemplem outras trajetórias, gerações e configurações familiares, bem como as perspectivas de lideranças indígenas, instituições públicas e organizações comunitárias. Pesquisas futuras poderão aprofundar a análise do acesso às políticas públicas, dos processos de transmissão intergeracional dos conhecimentos tradicionais, da valorização da língua Terena e das estratégias coletivas de organização e participação política no espaço urbano.

Conclui-se, portanto, que a realidade dos indígenas Terena em contexto urbano

no município de Nioaque deve ser compreendida a partir da articulação entre os processos históricos de desterritorialização, as experiências contemporâneas de reterritorialização, as transformações culturais e a permanência do pertencimento étnico. Os resultados sustentam a compreensão de que o deslocamento para a cidade não determina, por si só, a perda da identidade indígena, embora possa produzir distanciamentos, vulnerabilidades e desafios à continuidade de determinadas práticas culturais. A identidade Terena, nesse contexto, manifesta-se por meio de relações, memórias, experiências e formas de reconhecimento que não se restringem à localização geográfica dos sujeitos.

Assim, a principal conclusão desta dissertação é que o reconhecimento da identidade indígena não pode estar condicionado exclusivamente à permanência em territórios oficialmente demarcados. A experiência dos Terena que vivem em Nioaque evidencia a necessidade de ampliar as concepções de territorialidade e pertencimento, considerando a complexidade das trajetórias indígenas e as diferentes formas de organização da vida social. Reconhecer essa realidade significa enfrentar a invisibilidade, questionar concepções assimilacionistas e assegurar que as políticas públicas considerem a diversidade dos contextos em que os povos originários vivem.

Por fim, esta pesquisa reafirma a importância de compreender os indígenas Terena em contexto urbano não a partir da ausência da aldeia, mas das relações históricas, culturais e sociais que constituem suas trajetórias. A cidade, nesse sentido, não apaga necessariamente os vínculos com o território de origem, embora imponha novos desafios à sua manutenção e à afirmação identitária. A efetivação dos direitos dessa população depende, portanto, tanto do reconhecimento institucional de sua condição indígena quanto da participação dos próprios sujeitos na construção de respostas às suas demandas. É nesse horizonte que o estudo se insere: contribuir para a produção de conhecimento sobre os Terena de Nioaque, ampliar sua visibilidade social e acadêmica e subsidiar reflexões e ações comprometidas com o reconhecimento da diversidade indígena e com a garantia de direitos, independentemente do espaço territorial em que seus integrantes estabeleçam suas vidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ARANHA-SILVA, Edima; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de (Org.). **Território e territorialidades em Mato Grosso do Sul**. São Paulo: Expressão Popular/Outras Expressões, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15287: informação e documentação: projeto de pesquisa: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

AZANHA, Gilberto**. Diagnóstico expedito das Terras Indígenas e aldeias Terena em situação de urbana: ações socioambientais em áreas indígenas na BAP-MS/Programa Pantanal.** 2002.

BHABHA, Homi. **The Location of Culture**. London: Routledge, 1994.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **História dos Povos Indígenas no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

_____, Circe Maria Fernandes; LADEIRA, Maria Elisa. ***A História do Povo Terena*.** São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista, 2000.

_____, Circe Maria; LADEIA, Maria Elisa. **A história do povo Terena**. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. IBGE **–** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico. Brasília, 2022.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. **Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática His´toria e Cultura Afro-Brasileira e Indígena**. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. ***Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas*.** Brasília: MEC, 1998.

BURKE, Peter. ***O que é História Cultural****?* Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (org.). **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais.** Dourados: Ed. UFGD, 2015.

COHN, Clarice. **Cultura em transformação. Os índios e a civilização**. São Paulo, 2001.

DALMOLIN, José Vicente. **Nioaque no contexto da história de Mato Grosso do Sul e do Brasil – século XIX – 420 p. Vol 1, 2016.**

FERREIRA JÚNIOR, Amarílio. **Território e Identidade dos Povos Indígenas em**

Mato Grosso do Sul. Campo Grande: UFMS, 2007.

FUNAI **–** Fundação Nacional dos Povos Indígenas. **Povos Indígenas do Mato Grosso do Sul.**

_____. **Índios desaldeados**. In: Revista Veja, Brasília, DF, 10 jul., p. 67, 1996.

HABERMAS, Jurgen. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1983. Originalmente publicado em 1976.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005 **–** Universidade de São Paulo.

IBGE. Censo Demográfico 2022*:* **Panorama dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: 2022.

ISA **–** Instituto Socioambiental. Povos Indígenas no Brasil: Terena.

KLEIN, Maria Tatiane; PEREIRA, Levi Marques. **Resistências epistemológicas: entrevista com Dominique Tilkin Gallois**. Tellus, Campo Grande, MS, ano 21, n. 44, p. 441-472, jan./abr. 2021.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Brasília: MEC/SECAD, 2006.

MIRANDA, Claudionor do Carmo. **Terra Indígena Nioaque: processo de formação sociopolítica, divisão da aldeia Água Branca e os momentos históricos vividos por este povo ao longo dos anos**. Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande-MS, 2007.

MIRANDA, Glaucenir Marques. **As marcas de subjetividade em testemunhos sobre as experiências de linguagem sobre a dança feminina-Nioaque-MS**, UEMS, Jardim. MS, 2018.

MUSSI, Vanderléia Paes Leite. **Educação indígena: a história oral como processo de reafirmação da identidade étnica dos índios Terena**. Série-Estudos, Campo Grande, n. 15, 2013

NASCIMENTO, Adir Casaro. **Indígenas Urbanos e Políticas Públicas em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: UCDB, 2013.

OLIVEIRA, Eduardo. D. **Filosofia da Ancestralidade: corpo e mito na filosofia da educação brasileira**. Curitiba: Gráfica e Editora Popular, 2007.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Do Índio ao Bugre: o Processo de Assimilação dos Terena**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

PEREIRA, Levi Marques. ***Os Terena de Mato Grosso do Sul: História, Cultura e Identidade***. Campo Grande: Editora UFMS, 2009.

_____. **Imagens Kaiowá do sistema social e seu entorno**. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

PLATÃO. **A República**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1990.

RAMOS, Antonio. Dari. **DESTERRITORIALIZAÇÃO DAS MEMÓRIAS E MEMORICÍDIO: o caso dos enterramentos indígenas nos cemitérios das Missões Jesuítico-Guaranis**. In: Regiani Magalhães de O.Yamazaki; Andréia Sangalli. (Org.). Educação e Territorialidade: diálogos interculturais. 1ed.São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2025, v., p. 143-161.

_____. **Identidades Nacionais e Violência Cultural**. Direitos Culturais, v. 1, p. 39-48, 2007.

RANGEL, Lucia Helena; GALANTE, Luciana; CARDOSO, Cynthia Franceska. **A presença Indígena nas cidades.** ***In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma. (org.). Indígenas no Brasil: demandas dos povos e percepções da opinião pública***. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo: Loyola, 1986.

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada: ensaio de fenomenologia ontológica**. Tradução de Paulo Perdigão. 5º ed, RJ: Vozes, 1997.

SOMPRÉ, José Ubiratan. **Indígenas nas cidades: O desafio da efetivação de direitos**. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Marabá, 2014.

STUART Hall. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

VIEIRA, Carlos Magno Naglis; NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. **Povos indígenas em contexto urbano: as tensões e os desafios na busca pela afirmação étnica na cidade**. Revista NUPEM, v. 15, n. 36, p. 257–271, 2023.